

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
FRONTEIRAS POPULAÇÕES E BENS CULTURAIS

SUELEN ANDRADE CARDOSO

VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO: ESTUDO HISTÓRICO DE UMA CIDADE
ESPAÑHOLA NO PARANÁ (1570-1632)

MARINGÁ

2015

SUELEN ANDRADE CARDOSO

***VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO*: ESTUDO HISTÓRICO DE UMA CIDADE
ESPANHOLA NO PARANÁ (1570-1632)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação de História da Universidade Estadual
de Maringá, para obtenção do título de Mestre em
História.

Área de Concentração: Fronteiras, Populações e
Bens Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

MARINGÁ

2015

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram a perseguir meu ideal com dedicação e coragem. Minhas referências!

Agradecimentos

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Nos modificamos a cada tentativa de buscar respostas às nossas aflições de ‘pesquisador’. Para aqueles que compartilham conosco desse momento, parece uma tarefa interminável e enigmática que só se torna realizável graças a muitas pessoas que participam, direta ou indiretamente, mesmo sem saber realmente o que e para que nos envolvemos em pesquisa. E é a essas pessoas que gostaria de agradecer:

Preliminarmente, quero agradecer a Deus pelo dom da vida.

No campo acadêmico, este trabalho só foi possível por meio do voto de confiança do meu querido professor Dr. Fábio André Hahn. Sua orientação valiosa nos primeiros anos de vida acadêmica me tornaram uma pesquisadora irrequieta e insatisfeita, com fome de saber. Foi com você que escrevi minhas primeiras linhas sobre *Villa Rica*, muito obrigada! No mestrado, agradeço ao meu orientador mais que um professor, um abridor de portas, seja através de seu conhecimento notadamente inesgotável, seja pelos desafios lançados durante os dois anos de contato irregular. certamente não teria conseguido ordenar as idéias que borbulhavam na minha cabeça. A ele, pela amizade e atenção, devo essa dissertação. Sem suas perguntas desconcertantes e suas afirmações categóricas, nada teria sido feito; minha dívida jamais será paga. Obrigada, Lúcio!

Ao meu professor Ricardo Luiz Tows que sempre se prontificou em me ajudar, dando sugestões e ideias, mesmo com seu curtíssimo tempo disponível. Obrigada de coração!

Aos meus pais eu não agradeço: devo a eles o que sou e como estou; todas as palavras não exprimirão uma só gota do amor que sinto por vocês. Sempre acreditaram em minha capacidade e me acharam A MELHOR de todas, mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar não ser A MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

À alma gêmea de minha’alma Anderson pelo apoio e paciência nos momentos de inquietação e cansaço.

Ao meu amado filho Miguel, que mesmo em meu ventre participou de todas as noites em que passei em claro, organizando ideias, melhorando os textos, me preocupando com o tempo que ainda tinha para a finalização deste trabalho. Foi a melhor companhia que tive nesses momentos difíceis!

Aos meus amigos do mestrado, pelos momentos divididos juntos, especialmente à Letícia, que se tornou verdadeira amiga e tornou mais leve meu trabalho. Obrigada por dividir comigo as angústias e alegrias e ouvirminhas bobagens. Foi bom poder contar com vocês!

A minha eterna professora Neusa Ferreira, agradeço por verter para o “bom português” a versão final desta dissertação.

Agradeço, infinitamente, a todos vocês! Saibam que cada acerto desta dissertação, eu devo infinitamente a cada um; os erros são unicamente meus.

Epígrafe

“O que vale na vida não é o ponto de partida, mas sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher. (Cora Coralina)”

VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO: ESTUDO HISTÓRICO DE UMA CIDADE ESPANHOLA NO PARANÁ (1570-1632)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é desenvolver um estudo histórico sobre a antiga cidade espanhola, Vila Rica do Espírito Santo, localizada na região que compreende o atual município de Fênix/Pr. Villa Rica foi fundada no final do século XVI pelo Capitão Ruy Diaz Melgarejo, em área situada entre os rios Ivaí e Piquiri, acreditando que ali existiam minas de ouro. Villa Rica foi a terceira comunidade fundada pelos espanhóis, na então Província Del Guairá. No ano de 1589, houve a transferência de Villa Rica por ordem do Capitão Guzman para junto da foz rio Corumbataí, no Ivaí. No entanto, esta mudança não agradou os habitantes da cidade, isto porque no local os habitantes da primeira fundação tinham mais recursos naturais e mais índios, que trabalhavam sob o sistema de *encomienda*. Em 1632, com a bandeira paulista, houve o cerco de Villa Rica e sua destruição. O objetivo desta pesquisa histórica foi reconstruir por meio da consulta em fontes primárias e na historiografia os motivos que originaram a fundação de Villa Rica como estratégia de Defesa do território guairenho.

Palavras-chave: Província Del Guairá, Villa Rica del Espiritu Santo, Paraná Provincial, Bandeirantes.

VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO: STUDY HISTORY OF A SPANISH TOWN IN PARANÁ (1570-1632)

ABSTRACT

The aim of this work is to develop a historical study of the ancient Spanish city, Vila Rica of the Holy Spirit, located in the region comprising the current city of Phoenix / Pr. Villa Rica was founded in the late sixteenth century by Captain Ruy Diaz Melgarejo, in the area between the Ivaí and Piquiri rivers, believing that there were no gold mines. Villa Rica was the third community founded by the Spaniards in the then Province Del Guaira. In the year 1589, there was the transfer of Villa Rica on the orders of Captain Guzman to close the mouth Corumbataí in Ivaí. However, this change did not please the townspeople, because in this place the inhabitants of the first foundation had more natural resources and more Indians who worked under the encomienda system. In 1632, with the São Paulo flag, there was the siege of Villa Rica and its destruction. The purpose of this historical research was rebuild by consulting on primary sources and historiography the rationale behind the founding of Villa Rica as defense strategy guairenho territory.

Keywords: Province Del Guaira, Villa Rica del Espiritu Santo, Provincial Paraná, Bandeirantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O GUAIRÁ: DE NUESTRA SENHORA DE LA ASSUNCIÓN À VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO.....	11
1.1 O Guairá.....	13
1.2 A fundação das cidades.....	19
1.2.1 Ontiveros.....	19
1.2.2 Ciudad Real Do Guairá.....	21
2 VILLA RICA DO ESPÍRITO SANTO: DA ASCENSÃO AO COLAPSO.....	24
2.1 A Entrada dos Bandeirantes no Guairá.....	30
3 VILLA RICA NA DOCUMENTAÇÃO.....	39
3.1 Doação de Terras.....	40
3.2 Yanáconas (doação de Índios).....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é desenvolver um estudo histórico sobre o processo de criação de uma cidade espanhola nos territórios Guarani do Guairá na segunda metade do século XVI. As ruínas dessa cidade denominada de Villa Rica del Espíritu Santo estão localizadas no atual município de Fênix/PR. Foi realizado um trabalho de cunho arqueológico desenvolvido por Claudia Ines Parellada como dissertação de Mestrado, orientada pelo professor Igor Chmyz no ano de 1997, que tinha por objetivo a recuperação da malha urbana da antiga cidade de Villa Rica del Espirito Santo.

O tema é de fundamental importância histórica e se torna relevante por vários motivos. Em primeiro lugar pelo valor patrimonial que as ruínas dessa cidade representam para o Paraná e para a comunidade regional do médio rio Ivaí; e em segundo lugar, porque ainda pouco foi investigado, em termos históricos, sobre Villa Rica. A produção historiográfica está centrada nas discussões sobre o papel dos jesuítas na província do Guairá, e nos estudos de arqueologia ali realizados.

A perspectiva desta pesquisa passa por uma análise de documentos que esboçam elementos do cenário da região na qual a Província Del Guairá estava inserida, cujo cortejo com a bibliografia permite destacar elementos que podem esclarecer pontos importantes sobre os embates entre a colonização espanhola e portuguesa nesta região. Além disso, possibilitará compreender de forma mais clara o motivo para a fundação de cidades em pontos estratégicos, visando a defesa do território, além do papel dos inacianos da Companhia de Jesus diante do desbravamento e dos litígios de que a região foi palco naquele tempo.

A pesquisa foi sendo desenvolvida por etapas, contemplando todo o desenvolvimento do tema. Num primeiro momento foram selecionadas fontes que pudessem apresentar elementos norteadores da pesquisa, elementos estes capazes de contextualizar o objeto da pesquisa: Villa Rica del Espíritu Santo.

Desta forma esta dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro traz à baila todo o processo de formação do território guaireño, desde o início da ocupação do território até sua colonização, bem como a fundação de cidades em pontos estratégicos visando a defesa dos domínios hispânicos na região.

O segundo capítulo refere-se desde a primeira fundação de Villa Rica del Espíritu Santo em 1570, sua transferência em 1589 e seu declínio em 1632, consequência do ataque dos bandeirantes. Para os dois primeiros capítulos foram utilizadas com a bibliografia existente que permitiram traçar um roteiro de todo o processo de ocupação e colonização do

Guairá, autores como Claudia Inês Parellada, Erneldo Schallenberger, Jurandir Coronado Aguilar, Ramon I. Cardozo, Igor Chmyz, entre outros.

Finalizando com o terceiro capítulo, foram utilizados documentos expedidos de Assunção com a finalidade de doar terras e índios à encomendados aliados a Coroa Espanhola, esses documentos estão reunidos nos Manuscritos da Coleção de Angelis. A Coleção compõe-se de mais de 1.200 documentos manuscritos, produzidos no período compreendido entre o século XVI e o século XIX. São documentos originais e cópias autênticas de relatos, correspondências e processos de vários tipos, que atestam a conturbada história das áreas de fronteira entre as Américas Portuguesa e Espanhola. Para este trabalho, foram utilizados documentos que estão no primeiro volume da Coleção intitulado “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá 1594-1640”.

CAPÍTULO I

O GUAIRÁ: DE NUESTRA SENHORA DE LA ASSUNCIÓN À VILLA RICA DEL ESPIRITU SANTO

O início da ocupação da região platina pelos colonizadores europeus remonta ao século XVI, período em que esta área encontrava-se assinalada aos domínios espanhóis por força ainda do Tratado de Tordesilhas¹, firmado entre as coroas ibéricas em 1494.

Espanha e Portugal formaram então uma monarquia dual, cujos Estados, embora sujeitos ao mesmo cetro, conservavam seus estatutos, foros e privilégios, próprios e distintivos; seus quadros nacionais de administração, mutuamente impenetráveis; e suas fronteiras geográficas e psicológicas sempre vivas, quer nas metrópoles, quer na América (CORTESÃO, 1951, p. 73).

Os territórios em disputa pelas coroas portuguesa e espanhola estavam divididos pela linha imaginária determinada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, onde a quase totalidade do atual território do Paraná, pertencia aos domínios espanhóis, ficando para os portugueses uma pequena faixa de terra do litoral. Conforme Jurandir Aguilar, “Mesmo as futuras conversações de Badajoz (1521) e de Saragoça (1529) não definiram satisfatoriamente [os reais limites]. [...] Na realidade esta indeterminação geográfica favorecia o interesse expansionista tanto a espanhóis como a portugueses” (AGUILAR, 2002, p. 11).

O Tratado não assegurou o limite das fronteiras entre portugueses e espanhóis, resultando em preocupação para os espanhóis, sobretudo pelo comércio da região platina.

Embora seu objetivo fosse definir os territórios que pertenceriam as Coroas Portuguesa e Espanhola, não obteve sucesso para evitar o acesso dos portugueses no mesmo, visto que estes estavam desejosos de participar do comércio de contrabando que os espanhóis já praticavam. Para confirmar tal proposição, Abreu cita, por exemplo, o interesse dos paulistas nos lucros auríferos do contrabando dos espanhóis, em que se satisfaziam desse contrabando, pois não dependiam apenas do Peru (ABREU, 1900, p. 75).

1 Comenta-se com frequência que os portugueses avançaram sobre a linha de Tordesilhas, mas no século XVI em que não se conhecia com precisão as longitudes, representantes das Coroas espanhola e portuguesa cuidaram de obedecer às realidades geográficas que se moldava sobre as grandes unidades humanas, culturais e econômicas que depararam. Jaime CORTESÃO, assim afirma sobre o uso do Tratado segundo interesses dos Estados envolvidos: “Espanhóis e portugueses cuidaram sempre de traçar o célebre meridiano e contra-meridiano de Tordesilhas, ao sabor de suas conveniências.”. In: “A Província do Paraguai: Origens, Antecedentes Portugueses; Fundação, Processo e Termo”. *Manuscritos da Coleção de Angelis - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Op. Cit. p. 70.

O século XVI caracteriza-se por um duplo movimento espanhol nas porções meridionais da América: de um lado, a consolidação da conquista sobre as populações andinas da região do Peru/ Bolívia e o início da exploração intensa dos minérios que esta zona propiciava; por outro prisma, uma lenta e gradual exploração, com alguns estabelecimentos, do vasto território que circundava a bacia do Rio da Prata, com seus principais tributários, os rios Paraguai, Paraná e Uruguai.

A ação decisiva para iniciar a efetiva colonização da América Meridional Espanhola concretizou-se pela grande expedição de 1535 encabeçada por D. Pedro de Mendoza, em 14 naus e mais de 1500 pessoas. Para a organização da empresa, foi decisiva a chegada de Pizarro na Espanha com as riquezas obtidas na conquista dos Incas. Chegando no *Mar del Plata*, fundou-se Buenos Aires em inícios de 1536. As dificuldades, principalmente a fome, reduzem a um terço o número inicial de conquistadores vindos, levando D. Pedro de Mendoza a abandonar o Prata em 1537. Os esforços seriam continuados por Juan de Ayolas, esforçando-se em entrar no continente, a fim de buscar metais preciosos, enquanto Juan de Salazar fundava Assunção em 1537, em terra dos carijós, fundação realizada e garantida através do cunhadio² e da aliança para combater tribos chaquenhas inimigas.

Inicialmente sem atrativos econômicos imediatos e povoado por diversos povos indígenas, este território somente passou a atrair o interesse da colonização espanhola a partir da segunda metade do século XVI; e o avanço português ocorreu apenas no final deste século. Sendo assim, sua ocupação com núcleos coloniais estáveis esteve inicialmente ligada a estrutura que estava sendo montada na região argentífera dos Andes. Cidades como Buenos Aires (1536 e 1580), Asunción (1537), Santa Fé (1573), Córdoba (1573) e Corrientes (1588) são exemplos de núcleos urbanos estabelecidos por espanhóis na região platina no século XVI. Desde o princípio, estes núcleos dedicaram-se a atividades pastoris e as relações comerciais com a zona mineradora do Peru. Asunción destacou-se como núcleo irradiador de fundações de povoados espanhóis como Ciudad Real del Guairá (1557), Villa Rica del Espíritu Santo (1570-1589) e Santiago de Xerez (1593). Estes povoados constituíram-se em pequenos centros de povoamento. Desde o princípio estavam relacionados

2 Cunhadio ou *cuñadazgo* é um tipo de relacionamento social estabelecido entre os colonos e os índios. A sua característica principal consiste na união entre colonos e índios, fazendo com que o primeiro fosse aceito como um parente dentro da família indígena. Ver Schallenger (1997, p.83)

com a exploração de erva-mate da serra de Mbaracayú³, região rica em ervais nativos. Além disto, atuavam na produção de vinho e exploração de cera e mel.

Podemos notar que as duas nações tinham interesse pela região platina e cada uma interpretava o tratado assinado no ano de 1494 à sua maneira, tentando deixar sob seu domínio a maior área possível. Conforme Costa e Menezes, “os espanhóis sustentavam que as trezentas e setenta léguas deviam ser medidas a partir da primeira ilha do arquipélago de Cabo Verde, o que estabelecia os limites territoriais em Belém, ao norte, e em Cananéia, ao sul” (COSTA E MENEZES, 2002, p.224). Além disso, destacaram que os portugueses, por sua vez, afirmavam que as trezentas e setenta léguas iniciavam a partir da última ilha de Cabo Verde, o que deslocaria a linha de Tordesilhas mais para o oeste e lhes possibilitaria posse de grande parte da bacia do Prata.

Essa ocupação espanhola ocorreu durante um período de tempo determinado, que se estende de meados do século XVI (fins do reinado de Carlos V) até o início da década de 1630, abrangendo aproximadamente 80 anos. Vai da fundação das vilas de Ontiveros, em 1554, e Ciudad Real del Guairá, em 1557 até o ano de 1632, quando a outra vila fundada nesse território, Villa Rica del Espiritu Santo, é abandonada, juntamente com Ciudad Real, devido à ofensiva dos bandeirantes, que já vinham desde 1628 investindo sistematicamente contra as reduções jesuíticas, o que provocou o seu desaparecimento.

1.1 O Guairá

O mito das riquezas no interior da América foi o grande elemento propulsor para a expansão territorial desde o Atlântico. Juan Diaz de Solis é tido como o primeiro navegador espanhol que tentou encontrar a confluência interoceânica atingindo as regiões do Rio da Prata em 1516. Exploradores de grande envergadura também percorreram este caminho, no ano de 1522, Aleixo Garcia, partindo da ilha de Santa Catarina, atravessou as regiões do Guairá até o Iguaçu, passando pelo Paraguai, ainda se aventuraram Francisco de Chaves, Pêro Lobo, Cabeza de Vaca, Gonçalo Costa (AGUILAR, 2002, p. 87).

Em 1536 uma grande expedição, de 14 navios e 1300 tripulantes, comandada por D. Pedro de Mendoza, chegou à região, antecedida por várias outras, além da de Solis, como as de Fernão de Magalhães, Sebastián Caboto e Diego Garcia. Magalhães, um português a serviço da Espanha, que descobriu em 1520 a passagem entre o Atlântico e o Pacífico (oceano

3 A Serra de Mbaracayú ou Maracajú localiza-se na Região dos vales de Dourados, Brillante e Ivinheima.

antes descoberto, em 1513, por Vasco Nuñez Balboa, ao atravessar o istmo do Panamá). A descoberta do estreito de Magalhães possibilitou aos espanhóis a consecução de sua antiga meta, que era a de alcançar a Ásia (ou as “Índias”) navegando para ocidente.

Nesse contexto, Assunção foi fundada em fins de 1537, e exerceu influência decisiva sobre as regiões do Prata e do Guairá. Tornou-se ‘cabeça-de-ponte’ da conquista espanhola determinando a fundação de comunidades espanholas, Ontiveros (1554), Ciudad Real (1557) e Villa Rica delEspiritu Santo (1570), no século XVI, no Guairá (CHMYZ, 1976, p. 68, 70, 73, 75,).

Sérgio Buarque de Holanda observa que “A posse de Assunção, mesmo que não significasse posse de riquezas novas, somadas a tantas outras que tinham ajudado Castela, de repente, a converter-se em potência universalmente respeitada ou invejada, colocava-a numa posição central, que lhe daria a chave da conquista de todo continente, bloqueando todas as possibilidades de acesso dos de Portugal às minas de metais preciosos” (HOLANDA, 1986, p. 119).

Conforme demonstra Taunay, a expedição de Cabeza de Vaca provou a facilidade do trânsito da costa atlântica às margens do Paraguai. Já em 1550 eram frequentes as relações entre os vicentinos e os castelhanos de Asunción, apesar da proibição do trânsito decretada pelas duas coroas. Houve mesmo um princípio do despovoamento de São Vicente em favor do Paraguai, denunciou Manuel da Nóbrega ao seu Provincial (TAUNAY, 1922, p.21).

Todavia, foi no início do século XVII, que o Guairá se tornou palco da experiência reducional jesuítica, e período que a região provará seu período mais dinâmico, com intensa atividade política e reconfiguração espacial da sua população indígena.

Domingo Martinez Irala havia instituído-se governador da província do Rio da Prata após a morte do seu primeiro *adelantado* oficial, D. Pedro de Mendoza, chefe da expedição de 1535. Entretanto, a Coroa espanhola enviara um segundo *adelantado* oficial, Dom Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, que ao chegar em Assunção, em 1543, encontrara Domingo Martinez de Irala prestes a enviar expedições à serra do prata, posto que era incumbência desses primeiros enviados descobrir um caminho fluvial que comunicasse a região do Prata com a de Potosi. Cabeza de Vaca substituiu Domingo Martinez de Irala, mas um ano depois foi deposto e enviado de volta a Espanha. Daí em diante Domingo Martinez de Irala assumiu novamente o poder. Contudo, haveria uma oposição ao seu governo, formada por homens que vieram com a expedição de Cabeza de Vaca, homens como Núnfrio Chaves, Ruy Diaz de Melgarejo e Garcia Rodrigues de Vergara, que seriam importantíssimos para efetivar a conquista do Prata (CHMYZ, 1976, p. 68).

Movidos pelo desejo de encontrar novas fontes de riquezas e diante das novas possibilidades que se apresentavam, os assuncenhos, orientados por Irala, deram início, a partir de princípios de 1553, à consolidação de uma política expansionista. Assim, Irala buscava viabilizar recursos, que julgava ser necessários para desenvolver o seu projeto de expansão territorial. Para Irala duas eram as áreas de grande importância para garantir o expansionismo assuncenho: Guairá e Itatim. Guairá, na análise que Irala fazia da geopolítica colonial do Paraguai, teria a função de estabelecer ligações entre Assunção e o litoral de Santa Catarina (NOVAIS, 2004, p. 96-97). Nessa região deveria ser fundado um porto para servir de ligação entre o Paraguai e a Espanha. Quanto ao Itatim, os motivos que levaram os espanhóis a se estabelecerem nessa região estão relacionados ao fato de que a Província Jesuítica do Itatim constituía-se em uma possível passagem, ou seja, encontrava-se no caminho para o Peru. Sendo assim, quebraria o isolamento em que se encontrava Assunção. Outro fator importante estava relacionado ao problema das “*encomiendas*” e ao fato de que estando os povoadores de Assunção, descontentes com número de índios que haviam recebido como encomendados, saíssem à procura de novos territórios cujos habitantes pudessem dominar e submeter a tal prática.

Outra razão importante para o interesse de Irala em ocupar o Guairá refere-se à sua intenção de se precaver contra as incursões dos portugueses de São Paulo na região, e controlar o caminho que dava acesso ao local onde os espanhóis, em 1545, descobriram as minas de prata (Potosí) no Alto Peru, hoje Bolívia. Desejava também assegurar para os espanhóis o domínio da terra e de seus primitivos habitantes. O Guairá, embora não tivesse metais preciosos, tinha outra riqueza: os índios com sua força de trabalho.

A estimativa de sua população variava de 200 a 300 mil, que poderiam ser distribuídos aos colonos pelo sistema das “*encomiendas*”⁴, uma forma disfarçada de escravização do indígena então praticada. Por esse sistema os índios ficavam vinculados a um “*encomendero*”⁵, a quem deviam prestar compulsoriamente “*serviços pessoais*”; o “*encomendero*”, por sua vez, ficava obrigado a mantê-lo e cuidar de sua instrução religiosa. A maioria dos indígenas

4 *Encomienda*: tratava-se de uma institucionalização do regime feudal, onde um grupo de índios era confiado pelo rei a um colono e a seus descendentes pelo prazo de duas ou três gerações, objetivando que os protegessem e os instruissem nos preceitos da fé católica, em contrapartida, o encomendeiro recebia em bens ou dias de trabalho o tributo que os índios vassallos deveriam ao rei da Espanha (HAUBERT, 1990).

5 *Encomendero* refere-se aos colonos espanhóis que utilizavam a *encomenda* para exploração da mão-de-obra indígena. A *encomienda* trata do modo, definido juridicamente, com que os indígenas eram distribuídos aos colonos. A forma mais usual tomada pela *encomenda* obrigava o indígena, súdito do rei da Espanha, a trabalhar determinado tempo para um colono para pagar um tributo à coroa espanhola.

que habitavam o Guairá eram falantes da língua Guarani, do tronco linguístico tupi, mas havia também os Jê do Sul (Kaingang e Xokleng) falantes de línguas do tronco linguístico Macro Jê.

Para Gadelha a “mão-de-obra indígena representava a única riqueza que podia o colono possuir, em território pobre de minério como o Paraguai e onde, devido à relativa abundância, as terras não eram compradas e nem adquiridas e, sim, obtidas por real doação. Assim a riqueza e prestígio de um indivíduo eram medidos pelo número de *encomendas* por ele possuídas” (GADELHA, 1980, p. 77).

Segundo John Hemming:

A opressão exercida pelos primeiros colonos espanhóis – trabalho forçado, trabalho em manufaturas desempenhado por mulheres, criação de gado, que suplantou a agricultura tradicional, e tentativas de mudar os costumes dos guaranis inspiraram nada menos do que 25 “revoltas” durante a última metade do século XVI (HEMMING, 2007, p. 363).

Após Irala, outro governador que merece destaque na história regional foi Hernando Arias de Saavedra, ou Hernandarias, genro de Juan de Garay, o segundo fundador de Buenos Aires. Ele assumiu o governo de Assunção pela primeira vez no ano de 1592. Governou por vinte anos, exercendo três mandatos não consecutivos. Em 1603 baixou Ordenanças que visaram apoiar as aldeias indígenas a fim de assegurar a sua conservação. Logo proporia a vinda dos jesuítas para o Guairá e mais tarde apresentaria ao vice-rei do Prata (e seria atendido em 1617) a divisão da vasta região sob sua administração (na qual era impossível impedir o contrabando) em dois governos, o do Rio da Prata, abrangendo Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Concepción del Bermejo, e o do Guairá ou Paraguai, envolvendo Assunção, Ciudad Real, Villa Rica e Santiago de Jerez (esta última vila localizava-se na região do Itatim, no atual Mato Grosso do Sul).

Dessa maneira Assunção erigiu-se como cabeça-de-conquista da expansão espanhola sobre as regiões do Paraguai, Guairá e sobre a região do Rio da Prata.

Foi com o “objetivo de fortalecer o novo núcleo populacional, que os espanhóis determinaram concentrar todo o contingente humano em Assunção, que passou a ser a referência, o ponto de partida, para as futuras expedições em direção à mitológica Serra de Prata” (NOVAIS, 2004, p. 68). Em 1601, o Superior Geral da Companhia de Jesus decidiu reunir as regiões do Rio da Prata, Tucumã e Chile, numa Província independente e denominada Paraguay, e, em 1603, determinou a realização do 1º Concílio do Rio da Prata, cujas determinações tornaram-se um referencial para o trabalho missionário e se refletiram nas duas Instruções formuladas pelo Padre Diego de Torres Bollo, em 1609 e 1610.

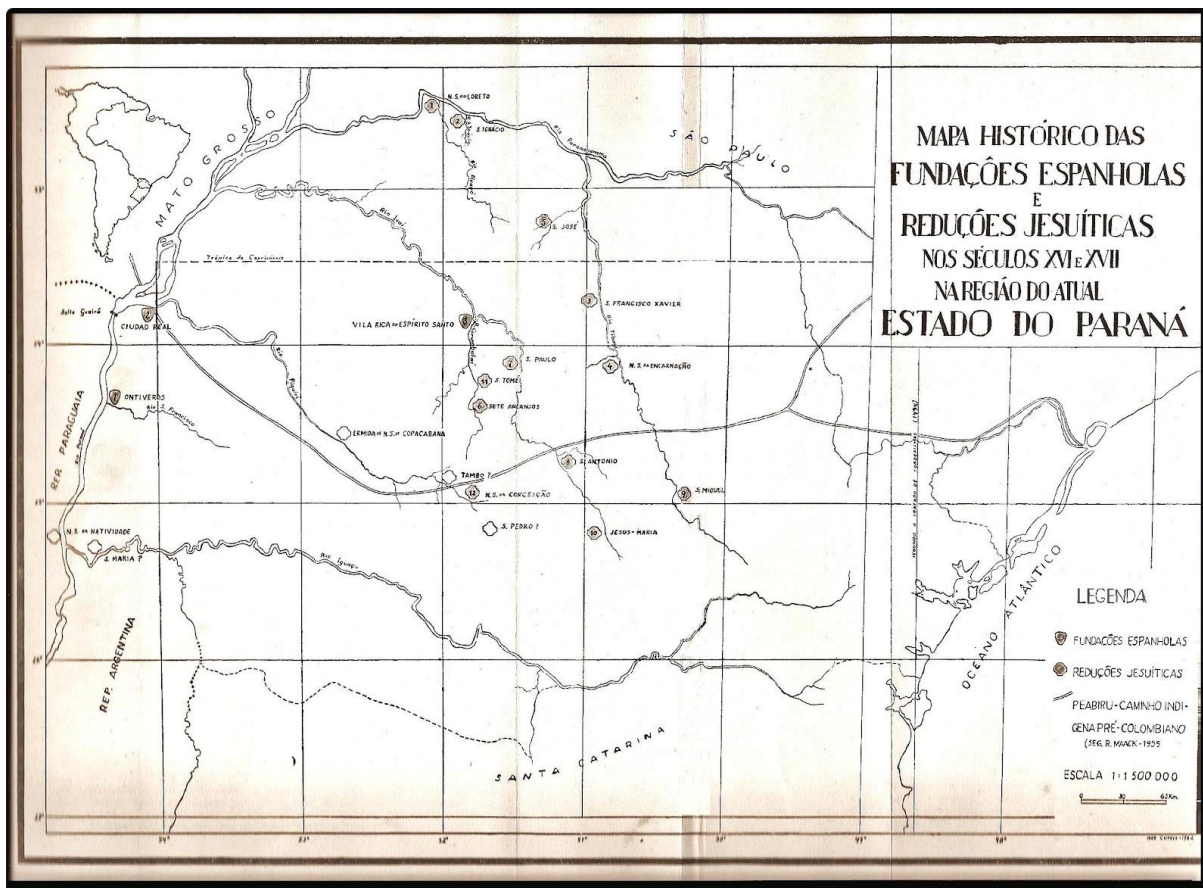
Conforme escreve Aguilar a colonização da Província do Paraguai não recebeu grande interesse logo no seu início, por um motivo economicamente justificável para os conquistadores: não era uma região de *oro y plata*. (AGUILAR, 2002, p.113).

A Cédula Real de 1617 criou o governo de Guairá, que na realidade era uma extensão do Paraguai, com capital em Assunção. A criação era pra melhor enfrentar os ataques das expedições em bandeira dos paulistas e para conseguir comunicação com o Atlântico (CARDOZO, 1970, p. 241).

O Guairá pertencia a Província Jesuítica do Paraguai, juntamente ao Itatim e ao Tape, possuindo 13 missões que foram destruídas pelos bandeirantes em 1628 e abandonadas em 1631, quando ocorreu a transmigração. Este espaço ganhou um novo significado através da obra *Conquista Espiritual*, escrito onze anos depois das invasões tratadas acima (no ano de 1639). Desta maneira, o Guairá passou a ser um lugar de memória, que como um prisma de cristal passou a formar imagens que seriam projetadas sobre ele através da narrativa de Montoya. Assim, a memória fez com que este se tornasse o palco das representações sobre guaranis, jesuítas e bandeirantes.

O Guairá tinha como limites ao norte o rio Paranapanema, ao sul o Iguaçu, a oeste o rio Paraná e a leste as serras de *Guarayrú*⁶ (CARDOZO, 1970, p. 175).

6 As serras de Guarayrú representam provavelmente as escarpas do arenito Furnas, que limitam a leste o Segundo Planalto Paranaense.



Mapa detalhado da Província del Guayrá – 1530

Fonte: <http://wibajucm.blogspot.com.br/2011/05/peaberu-o-sagrado-caminho-de-sao-thome.html>

Podemos supor a área de 100.000 km² para o território do Guairá onde haveriam, partindo das estimativas de Pierre Clastres, cerca de 428.000 habitantes, quantia esta possivelmente superestimada (CLASTRES, 1978, p.256).

Com o cunhadio ou *cuiñadzgo* era possível ao espanhol a obtenção de mulheres indígenas para trabalharem nas casas e nas atividades agrícolas, atividades estas comuns para a mulher na sociedade guarani. Rapidamente o cunhadio se transformaria em escravidão e surgiriam os primeiros levantes indígenas.

Do avanço da colonização espanhola e da frente missionária jesuítica resultou a constituição da Província do Guairá, que se estendeu do rio Paraná às cabeceiras do rio Tibagi, atingindo ao norte o rio Paranapanema e ao sul o Iguçu, ocupando a maior porção do atual território paranaense. O Guairá tornou-se um espaço de convergência de dois colonialismos e uma fronteira de transgressão, de evangelização e de conquista. A destruição do espaço missioneiro Guairá pelo bandeirantismo gerou um vácuo entre as fronteiras territoriais do sul em disputa e o restante das possessões portuguesas na América.

A política de colonização que nomeava os adelantados, adotada pela Espanha, parece ter auxiliado a ocupação da região platina. Essa forma de colonização implicava que os

descobridores de novas terras receberiam o comando militar e político das mesmas pelo rei da Espanha. Com esse tipo de compensação em vista, uma nova expedição em direção ao Prata foi organizada no ano de 1540, chefiada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca.

O período inicial da colonização do Guairá, segundo Cardoso (1988), deu-se pelo fato de que em 1552, alguns Caciques da região terem pedido proteção contra os paulistas e seus índios tupis ao então governador de Assunção, Martinez de Irala, decidiu colonizar a área com medo de que pudesse perder o domínio sobre esse território.

Conforme nos mostra Bastos, (1979, p.70), “As fundações espanholas no Guairá, respondem, pois a um conflito entre as duas áreas coloniais Ibéricas. Também representam o interesse em estabelecer ligações entre Assunção e o litoral da província de Mbiazá. Vincula-se também a ocupação do Guairá ao problema das encomiendas”.

No início de 1597 foram divulgadas pelo governador Ramirez Velazco importantes ordenanças em proteção ao indígena, regulamentando o serviço da “*mita*”, instituindo a jornada de quatro dias de trabalho semanal, permitindo que só fossem retirados a quarta parte dos indígenas encomendados, proibindo castigo aos índios, carregamento excessivo em seus trabalhos (na erva, por exemplo), encarregando os *encomenderos* do doutrinamento de seus índios, etc. (CHAVES, 1968, p. 378).

Documentos⁷ expedidos em Assunção, durante o primeiro mês de 1597, mostram-nos que, na região de Vila Rica do Espírito Santo, o número de índios *encomendados* é expressivo. Os registros de processos de transferência de índios entre encomendeiros, ou de índios que estão para ser *encomendados*, revelam um montante de 1657 índios a disposição de 4 encomendeiros. Quando observamos o número de índios *encomendados* devemos levar em consideração, também, o objetivo das *encomiendas* (COSTA E MENEZES, 2002, p.227).

Dentre os motivos que contribuíram para o estabelecimento dos povoadores de Assunção nas regiões do Guairá e também no Itatim, o que implicou, por sua vez, o surgimento de novos núcleos de povoamento nessas regiões, caracterizando o período expansionista assuncenho, cujo apogeu foi marcado pelas fundações de Buenos Aires, Ontiveiros, Ciudad Real, Villa Rica e Xerez, podemos acrescentar também o desejo de encontrar novas riquezas metálicas, sonho que ainda rondava o imaginário da época, bem

7 A esse respeito abordaremos no terceiro capítulo os documentos escritos por Cordova Encomienda a Garcia Lopes de Villa Rica do Espírito Santo, de vários caciques e índios que foram encomendados ao falecido Alonso de Ontiveros, e que estão nos rios Corumbataí, Tibajiba, e em outras comarcas. Encomenda a Jerônimo Meringa, de Vila Rica do Espírito Santo, de vários índios guaranis nos rios de Icatu, Ubai, Tibajiba e no Iniai. ; Mercê e encomienda ao capitão Diego de Çunica de vários caciques e índios nos rios de Icatu, afluente do Piquiri, Paraná, Tibajiba e em outras províncias. ; Mercê e encomienda a João Reys, “El Chico”, de Vila Rica do Espírito Santo, de vários caciques e índios no alto e no baixo Tibaji e no “campo”. Assunção janeiro de 1597. In. CORTESÃO, 1951: 124-8

como assegurar a posse espanhola sobre a região do Prata, frente às penetrações portuguesas oriundas do Atlântico; expandir a província do Paraguai e garantir uma saída, por terra, para o Atlântico; retirar Assunção do isolamento ao qual estava condenada e submeter o elemento indígena, localizado nas margens dos rios Tietê, Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Iguaçu e do próprio rio Paraná, à grande riqueza de que dispunha a região (NOVAIS, 2004, p.125).

1.2. A fundação das Cidades

1.2.1. Ontiveros

Com o intuito de buscar uma melhor configuração geográfica, de forma a garantir a viabilização do empreendimento colonial assuncenho/castelhano no Prata, que Garcia Rodrigues de Vergara, obedecendo a ordens dadas por Domingo Martinez de Irala, fundou a primeira comunidade espanhola no Guairá, no ano de 1554. O surgimento de alguns núcleos de povoamento nessa região decorreu das interpretações que os espanhóis faziam dos limites outrora estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (NOVAIS, 2004, p. 102).

Em 1554, por determinação de Domingos Martinez Irala, governador do Paraguai, seu comandado, Garcia Rodrigues de Vergara, acompanhado de 60 espanhóis, fundou o primeiro povoado no Guairá, que foi denominado Ontiveros – mesmo nome da cidade natal de Irala, localizada na Espanha – uma légua acima dos saltos de Sete Quedas (“a grande cachoeira”), na margem esquerda do Rio Paraná.

A fundação de Ontiveros se originou, dentre outros motivos, do desejo de Irala em abrir um caminho que lhe possibilitasse uma saída para o mar, após a tentativa fracassada de estabelecer um porto no estuário platino, por onde pretendia manter contatos com a Espanha, bem como dar proteção aos índios que constantemente eram atacados pelos portugueses de São Vicente.

Ruy Diaz de Guzmán interpretou a decisão de Irala em fundar Ontiveros como uma resposta à proibição de Tomé de Sousa que impedia a utilização da mais importante via comercial existente na região do Prata. Guzmán assim justificou a fundação desse núcleo colonial por Irala:

Domingos Martinez de Irala, habiendo considerado que hasta entónces no se habia podido sustentar poblacion alguna la entrada del Rio de la Plata, siendo tan necessaria para escala de losnavíos que viniessen de España, determino hacer una fundacion em el caminho del Brasil ála parte del leste

sobre el río Paraná, pues era fuerza haber de cursar aquel camino, y tener comunicacion y trato com los de aquella costa para avisar por esa via á S. M. del estado de latierra. Y tambien por escusar los daños y assaltos, que los portugueses hacian por aquella parte á los índios Carios de esta provincia, levando los presos y cautivos sin justificacion alguna de guerra vendiéndolos por esclavos, privándolos de su libertad, y sujetándolas a perpétua servidumbre. (GUZMÁN, 1943, p. 183-184).

Há divergências quanto a localização exata de Ontiveros. Segundo Uacury Ribeiro de Assis Bastos (1979) refere-se a Ontiveros como sendo a primeira fundação espanhola no Guairá, fundada por Garcia Rodrigues de Vergara no ano de 1539, na margem esquerda do rio Paraná. Romário Martins, no seu “Mappa histórico da Província Del Guayrá” (reproduzido por Silveira Netto, em 1914), a situa na margem esquerda do rio Piquiri, a leste de Ciudad Real. Reinhard Maack (1959) a localiza na margem direita do rio Paraná em frente a Ciudad Real. Charlevoix (1957) a localiza na margem direita do rio Paraná, cerca de 6 km abaixo do Salto Grande. Jaeger (1957) a localiza 6 km acima do Salto Grande, no rio Paraná. Chmyz cita Azara (1904) a situa na margem oriental do rio Paraná, uma légua acima do Salto Grande (CHMYZ, 1976, p. 70).

Segundo Novais, devido ao curto período que assinala a existência de Ontiveros, aproximadamente dois anos, poucas são as referências que nos permitem identificar quais foram às relações econômicas que se estabeleceram nesse núcleo colonial. O que se sabe é que a cidade de Ontiveros, por causa da insalubridade do local onde fora construída, tornou-se inviável e não prosperou. Constantes também eram as rebeliões indígenas que promoviam ataques ao recém-fundado povoado. Diante dessas constantes rebeliões indígenas e dos conflitos entre os próprios espanhóis, Núfelo de Chaves trasladou os remanescentes de Ontiveros para outro local, a cerca de três léguas ao norte, na confluência do rio Piquiri com o rio Paraná e deu ao novo núcleo o nome de Ciudad Real del Guairá (NOVAIS, 2004, p.108).

No entanto, conforme observa Parellada (2011, p. 26) Chmyz acredita que não foram realizadas construções em taipa de pilão; o que dificultou sua identificação.

Enrique de Gandía não crê que Irala fosse movido por tais motivos na fundação daquelas duas povoações, mas, sim, pela esperança de "*sacar metal em cantidad*" do rio Paraná, conforme afirmava Juan de Salazar, em 1556(GANDIA, 1932, p. 89).

Ramón Cardozo, usando dos escritos do historiador argentino Ruy Diaz de Guzmán, explica que o episódio da fundação de Ciudad Real se deu em ocasião da distribuição das encomendas por Irala. Muitos colonos ficaram descontentes por não receberem as suas encomiendas. Para satisfazer os descontentes e por ser o Guairá '*escalón y paraje del caminho*

del Brasil' o governador, resolveu mandar fazer *outra fundación* ali. Para tanto, enviou o capitão Ruy Diaz de Melgarejo (Cf. CARDOZO, 1970, p. 156).

1.2.2. Ciudad Real do Guairá

Em 1556, Irala confiou ao capitão Ruy Diaz Melgarejo a fundação de outro vilarejo naquela região, a quem foi dado o nome de Ciudad Real del Guairá, instalado na foz do rio Piquiri, no rio Paraná. Seus primeiros habitantes somaram perto de cem espanhóis, originados de Assunção e Ontiveros, pois a população espanhola dessa última cidade não se manteve por muito tempo. Portanto, diferentemente do que ocorreu com Ontiveros, a Ciudad Real progrediu. Ali foi incentivado o plantio de gêneros alimentícios diversificados, a criação de animais e a exploração da erva-mate nativa, que chegou a ser comercializada anos mais tarde com algumas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul. Chmyz (1985, p.176) aponta que provavelmente a vila possuía cerca de 840.000 m², sem contar a área rural.

Segundo Guzman:

Partió El capitán Melgarejo com 100 soldados y llegado felizmente al Paraná, pasó a la outra parte a los pueblos del Guairá y habiendo especulado La disposición del terreno, hizo su fundación tres léguas más arriba de La villa de Ontiveros com título de Ciudad Real, donde agregó toda la gente que había quedado em La cercanía de aquel peligroso salto, por haber contemplado ser mejor sitio en que se hacia esta fundacion, que el de La villa de Ontiveros. Empezó se esta á los principios Del año de 557 en sitio rodeado de grandes bosques y arboledas sobre el próprio rio Paraná em la boca del rio Pequirí (GUZMÁN, 1943, p. 207).

Conforme observa Guzman, inicialmente, os povoadores de Ciudad Real puderam dispor da abundância dos recursos naturais que a região oferecia e que eram conseguidos pelos índios por meio da coleta, da caça e da pesca, complementada pela agricultura indígena Guarani. Dentre os produtos agrícolas que os Guarani cultivavam destacavam-se segundo Novais (2004, p.85) o milho, a mandioca, legumes, banana, frutas cítricas, o tabaco e a erva-mate. No entanto, a principal atividade econômica que se desenvolveu em Ciudad Real foi à extração da erva-mate na própria região e na Serra de Maracaju (NOVAIS, 2004, p.85).

De acordo com Jaime Cortesão (CORTESÃO, 1951, p.72) o mapa de Bartolomeu Velho, em sua primitividade esquemática, nos convence que o velho conquistador, fundando

Ciudad Real⁸, na foz do Piquiri, procurava barrar o audacioso avanço dos portugueses, num lugar eminentemente estratégico, o ponto crucial do Piabirue do Paraná, no caminho mais rápido para Assunção.

Sobre a fundação de Ciudad Real Cortesão relata:

O próprio Domingo Yrala que, em 1553, não receava vender índias Guarani a troco de ferramentas, aos vicentistas, confiava quando dois anos após era nomeado governador do Paraguai, a Rui Dias Melgarejo a missão de fundar uma povoação nos territórios do Guairá e às margens do Paraná. Em cumprimento das ordens recebidas, Melgarejo fundava em começos de 1557, Ciudad Real, acima do Salto Grande e junto à foz do Piquiri. Três anos antes Garcia Rodrigues de Vergara fundara também por ordem do mesmo governador, a vila de Ontiveros, sobre o Paraná, um pouco ao sul de Ciudad Real, povoação a que vieram em breve agregar-se os escassos habitantes daquela vila, que teve efêmera duração (CORTESÃO, 1950, p. 122).

Conforme afirma Cardozo (1970), em Ciudad Real se produziam vinho, açúcar e algodão; funcionavam teares; obtinha-se cera e mel abundantemente. Porém a fonte de renda principal provinha dos ervais. Em acréscimo a essas riquezas, os alimentos provinham das culturas indígenas.

Essas vilas – Ontiveros e Ciudad Real -eram organizadas conforme os dispositivos legais de Espanha sobre o assunto, nela existindo o “*cabildo*”⁹, o responsável pela defesa, pela justiça etc. Sua população caracterizava-se por um diminuto número de “*vecinos*”¹⁰ e grande número de índios “*encomendados*”.

A notícia de que os guairenhos haviam descoberto pedras muito cristalinas e de cores variadas, as quais poderiam ser rubis, esmeraldas, ametistas e topázios, demandou a necessidade de fundação de um novo povoado que explorasse essas potencialidades: Villa Rica del Espiritu Santo.

Ávido pela perspectiva de exploração de metais preciosos na região, Melgarejo posicionou a recente vila em um local estratégico, às margens do rio Ivaí, junto a desembocadura do Corumbataí. O local apresentava-se distante em aproximadamente sessenta

8 Atualmente, as ruínas de Ciudad Real, sítio arqueológico tombado em 2008 pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, situam-se no município de Terra Roxa. Houve várias pesquisas no local: Watson (1947), Silva (1961/62) e Chmyz (1963 -1976).

9 O *cabildo* fiscalizava as práticas cotidianas na cidade e concedia mercês de terras, encomendas e solares (quadras na cidade) direito às vaquerias (caça ao gado selvagem), controlava preços e operações comerciais.

10 Refere-se a colonos que possuíam encomendas. Para o cálculo demográfico representam também famílias nucleares, ou seja, pai, mãe e filhos.

léguas de Ciudad Real, com um solo fértil, grande número de indígenas e sob a influência do líder indígena Coraciberá.

Acreditava-se que a riqueza mineral do local seria suficiente para resolver o problema da pobreza dos colonizadores, de projeção social, da ganância pelo enriquecimento fácil, ao se encontrar jazidas minerais, que envolvia a conquista e exploração de novos territórios. Ramón Cardozo ressalta a importância que Melgarejo dá a riqueza mineral da região, sendo um dos motivos da fundação de Villa Rica. Não obstante o desejo de ricos metais preciosos, somente foram encontrados quartzo e ametista, únicas pedras de valor que se pôde retirar na exploração do local. Restava, então, segundo Jaeger (1957, p.126) volver as atenções para outra atividade que parecia apresentar maiores possibilidades de sucesso material, a exploração da mão-de-obra indígena.

CAPÍTULO II

VILLA RICA DO ESPÍRITO SANTO: DA ASCENSÃO AO COLAPSO

Villa Rica Del Espiritu Santo¹¹, cidade colonial espanhola do final do século XVI, foi fundada pelo Capitão Ruy Diaz Melgarejo em 1570, em área situada entre os rios Ivaí e Piquiri, acreditando que ali existiam minas de ouro. Villa Rica foi a terceira comunidade fundada pelos espanhóis, na então Província del Guairá, depois de Ontiveros e Ciudad Real.

Em fevereiro de 1570, com 40 homens e 53 cavalos segundo CARDOZO (1970, p.51) o capitão Melgarejo partiu de Ciudad Real e fundou Villa Rica Del Espiritu Santo, a 60 léguas de Ciudad Real, em terras do líder Guarani *Coraciberá*. Lá mandou erigir uma igreja e ao lado uma cruz, ordenando também a construção de uma fortaleza, coberta de telhas de pinus, com suas torres e brechas de 260 pés de comprimento e 30 de largura, para refúgio e defesa da gente (...) nomeou Alcaide a Luis Osório, natural de Ávila para a função.

Ainda segundo Cardozo, o capitão Melgarejo deu o nome de Villa Rica Del Espiritu Santo, primeiro porque estava convencido de que naquele lugar existiam as ricas minas de ouro e prata, e segundo porque a fundação foi feita no dia do Espírito Santo.

Conforme Cardozo, esses acontecimentos teriam ocorrido por volta do mês de maio do ano de 1570, enfatizando que não há nenhuma referência à margem do rio Ivaí nessa primeira fundação de Vila Rica do Espírito Santo. “Os seus restos estariam em uma região de campos, entre as nascentes dos rios Piquiri e Ivaí, ao lado do caminho por onde penetraram Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Hernando de Trejo e outros...” (CARDOZO, 1970, 51.).

Assim, depois de traçar a estrutura urbana, o capitão repartiu entre os espanhóis solares (terrenos) para a construção de casas dentro da vila e terras para chácaras, além de índios para serviços domésticos e trabalhos agrícolas. Blasi aponta que a primeira fundação, depois chamada Tambo das Minas de Ferro, está localizada no município de Nova Cantu (BLASI, 1989, p. 237).

11 Na documentação consultada é possível destacar dois importantes documentos os quais aqui citamos: “I Doação de terras em Vila Rica do Espírito Santo por Ruy Diaz de Guzmán à Companhia de Jesus para sustento da sua casa e cultivo de hortas e vinhas necessárias, datado de 16-11-1594.” “II- Declaração de posse de terras em Vila Rica do Espírito Santo a favor da Companhia de Jesus. Feita por Ruy Dias de Guzmán. Santiago de Xerez, datada de 22-7-1595. Na primeira doação não menciona o lugar a que se referem as terras doadas. Já na segunda podemos concluir que se trata da Vila Rica no Ivaí no estado do Paraná. “... digo que por quando em la transladacion de la Villa Rica del Spiritu Sancto q hize em nombre de su mag. Em El rrio del Ubay donde al presente esta fundada. Hize a los vezinos y moradores Del La rrepartimiento de tierras asi de solares como de chacaras donde aviendo hallado em El dicho rrio asentado.” (CORTESÃO, 1970, p. 117- 120).

No ano de 1589, houve a transferência de Villa Rica, por ordem do Capitão Ruy Diaz de Guzman, para junto da foz rio Corumbataí, no Ivaí. No entanto, esta mudança não agradou os habitantes da cidade, isto porque no local os habitantes da primeira fundação tinham mais recursos naturais e mais índios, que trabalhavam sob o sistema de *encomienda* (CARDOZO, 1970, p. 80).

Para Parellada (2011, p. 03) a mudança estava relacionada a uma grande epidemia de varíola, que causou muitas mortes entre índios e espanhóis, o capitão Guzman determinou a transferência de Villa Rica.

Com a fundação deste novo *pueblo*¹² centro das atividades políticas e sociais da Província do Guairá, se deslocou para as margens do *Huyba-y*, (Rio Ivaí) em torno das supostas minas de ouro e de outros metais das terras de Coraciberá, as que vieram a ser o *eldorado* em pequena escala dos conquistadores (CARDOZO, 1970, p. 68).

Parellada escreve:

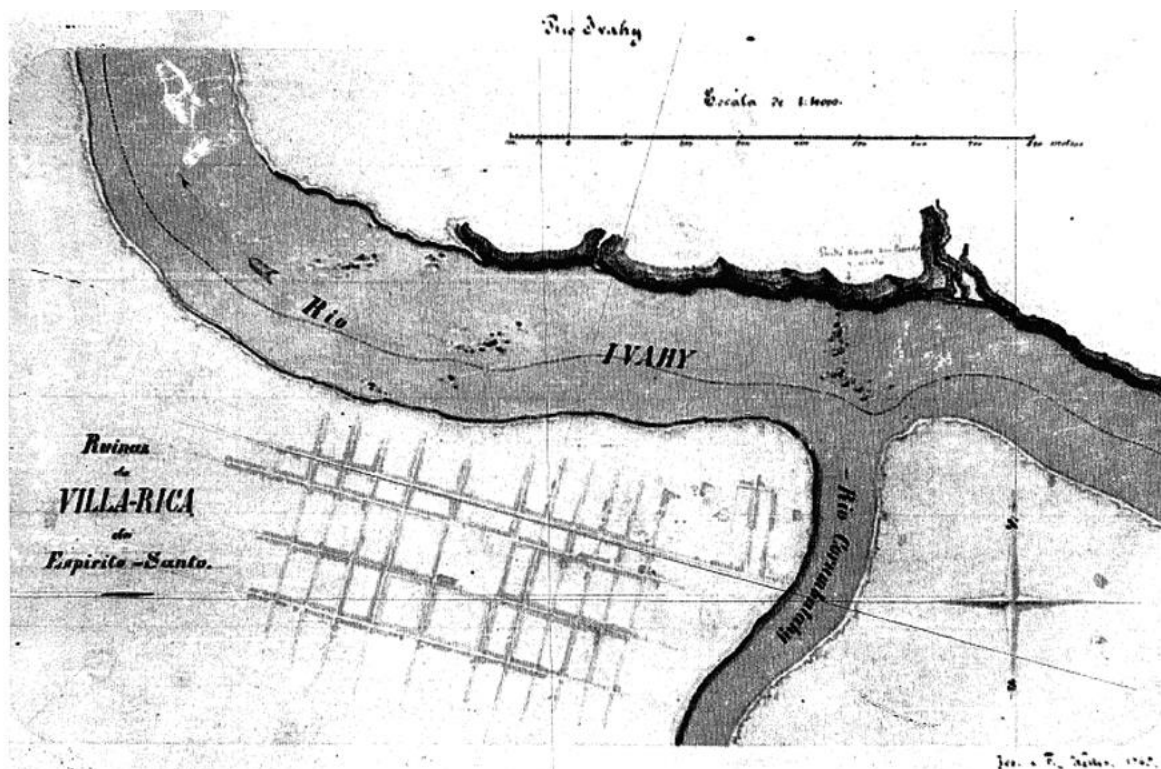
As cidades coloniais espanholas do final do século XVI, como a segunda fundação de Villa Rica Del Espiritu Santo, eram baseadas no modelo codificado na lei de 1573 de Felipe II, considerada a primeira lei urbanística da Idade Moderna. Este modelo, segundo Benévolo (1978), seria um "enxadrezado de ruas retilíneas", que definiam uma série de quadras iguais, quase sempre quadradas, sendo que no centro da cidade ficava a praça. Ainda esta lei ressaltava que os terrenos ao redor da praça não deveriam ser concedidos a particulares, mas sim reservados à Igreja, aos edifícios reais e municipais, às lojas e casas de mercadores, que seriam construídos por primeiro; o resto das parcelas edificáveis era distribuída aos colonos autorizados a construir ao redor da praça principal, e os outros lugares deveriam ser conservados para os colonos que chegassem posteriormente, ou para que a Coroa ou o município dispusesse delas para qualquer necessidade (PARELLADA, 1997, p. 142).

Os engenheiros Joseph e Franz Keller que passaram pelo século XIX, descrevem sobre as ruínas que fora a cidade construída regularmente com ruas bem alinhadas, cruzando-se em ângulos retos. As casas eram na maior parte, se não todas, feitas de taipa (terra socada) e cobertas de telhas, de que se encontram fragmentos alastrando o interior dos retângulos formados pelos restos das paredes, reduzidos hoje á montes de altura de um metro mais ou menos com taludes de terra desmoronada. Nos vestígios da igreja, que se acham num canto da praça no centro da cidade, os montes de taipa têm altura dobrada dos outros, e sobre eles nasceu um enorme monjoleiro. Encontram-se na entrada da cidade escoria e outros indícios de

12 "povoado", mais próximo de vila, tomada no sentido de origem de cidade, uma vez que, com o fim da tutela religiosa dos aldeamentos, muitas das antigas missões acabaram sendo "municipalizadas". (Cf. VAINFAS, 2000 p. 21-24).

ter havido ali uma fundição de ferro, mineral abundante nas vizinhanças. As terras, muito ricas de húmus, são excelentes para lavoura; o que, junto com a riqueza de minerais de ferro até de cobre nas rochas, que formam os recifes do rio, o que explica os espanhóis haverem escolhido esse local para uma povoação, sem dificuldades das comunicações (KELLER & KELLER, 1993, p. 04).

Figura01 – Mapa das ruínas da segunda fundação de Villa Rica del Espiritu Santo, confeccionado pelos Keller, em 1865.



Fonte: A Herança de um Tesouro: arqueologia da cidade colonial espanhola Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632), Fênix-Paraná, Cláudia Ines Parellada, p.62, 2014.

Segundo Parellada “A área urbana da segunda fundação de Villa Rica tinha cerca de 300.000 m², possuindo ruas com 10 a 12m de largura, que se cruzavam em ângulos retos. A maioria das quadras media 100 x 100m, sendo cercadas por muros em taipa de pilão, com altura de 1,80m e largura variando de 0,60 a 0,90m. Dentro das quadras havia divisões internas, delimitando terrenos, e no interior se encontram vestígios de casa sem taipa de pilão, além de buracos ovalados. Estes buracos foram causados pela extração da matéria-prima para a taipa de pilão, e depois usados para diferentes fins, alguns podem ter sido habitação de indígenas que morava na cidade” (PARELLADA, 1997, p.143).

O Governador contava que Villa Rica tinha cerca de 130 homens com muitos velhos e Ciudad Real, 40 homens; e que perto de Villa Rica existiam cerca de doze a catorze mil índios, mais da metade reduzidos. A igreja e a casa dos jesuítas estavam ao chão, fato que fez com que Luis Céspedes Xeria¹³ propusesse aos religiosos da Companhia de Jesus um acordo, no qual seriam cedidos 24 índios da jurisdição de Villa Rica para a reconstrução do templo, que seria feito em menos de um ano. Ainda foi feito outro acordo a partir da iniciativa dos próprios jesuítas, no sentido de oferecer à cidade cem vacas da redução de Nossa Senhora de Loreto, cinquenta para os moradores de Villa Rica e cinquenta para os padres, sendo que o Cabildo daria aos jesuítas terras para a pastagem do gado e quatro índios para a guarda das vacas; este acordo seria repetido em mais cem vacas no ano seguinte. Na mesma carta Xeria ainda contava que os edifícios públicos caíam, reinava a fome nas famílias brancas que emigravam uma após a outra.

Ao redor da área urbana de Villa Rica havia chácaras, onde se plantavam hortas e frutas, como videiras e laranjais. Algumas destas chácaras tinham dimensões de 500 passos de frente (650m) e 5.000 passos de comprimento (6500m), como o terreno doado para a Companhia de Jesus em 1594 (CORTESÃO, 1951, p.117-118).

O europeu colonizador, com organização político-administrativa diferente, exercia seu poder por meio da utilização do indígena como mão-de-obra na agricultura, nos serviços domésticos e principalmente na extração da erva-mate, que era a principal atividade econômica.

Oldemar Blasi (1963, p. 11-12) relaciona evidências, coletadas em *Villa Rica*, chamando de cultura indígena, os artefatos líticos, alguns recipientes cerâmicos, cachimbos e adornos; e evidências da "cultura ocidental", mós, artefatos de ferro, vasilhames com fundos planos, alças e motivos decorativos relacionados a flora, além de telhas (PARELLADA, 2011, p.25). Nicolau Durán, em carta ânua, em que presta conta das missões jesuíticas da Província do Paraguai entre 1626 e 1627, e relata sobre Villa Rica:

Menos de 30 leguas de la Reducción de S. Francisco Xavier está esta Villa que tem dramas de 200 españoles y muchas mugeres, a quen sirven mucho índios de aquellas Prov. As teniendo em ellas una residência la companhia mas a de 40 años, sujeta a La Provincia del Piru i por estar a mas de dois mil léguas de Lima, Cabeza de aquella Provincia, no fue posible conservala, com que se caiola casa e Iglesia i no quedo (MCA I, 1951, p. 256-258).

13 O mais detalhado relato sobre Villa Rica Del Espiritu Santo no início do século XVII é o da carta do Governador da Província do Paraguai, Don Luis Céspedes Xeria, descrevendo sua visita ao Guairá, distrito do Paraguai. Xeria chegou na cidade em 23 de outubro de 1628 (TAUNAY, 1925, p. 24).

Os jesuítas empenharam-se em reunir essas aldeias em determinados locais, mais convenientes quanto às condições do solo, à proximidade dos rios, à defesa etc., de modo a facilitar o seu trabalho catequético e dar proteção aos índios, objeto da cobiça tanto dos portugueses como dos espanhóis. Para os padres, os índios eram livres, pois sua liberdade fora reconhecida (ao menos formalmente) pelas cédulas reais, em que se respaldavam para defendê-los. Isso colocava os jesuítas em conflito aberto com os colonos espanhóis que buscavam sempre sujeitar os índios à prestação compulsória de serviços pessoais, ou com os portugueses de São Paulo (os bandeirantes), que os aprisionavam para vendê-los depois como escravos. Os jesuítas se propunham, nas reduções, a transformá-los em seres civilizados e em bons cristãos, conforme a definição desse termo formulada pelo padre Montoya na “Conquista Espiritual”, em que relata toda a sua experiência no Guairá.

Os hábitos alimentares dos índios Guarani, nos séculos XVI e XVII, foram descritos principalmente por Montoya (1876), sendo que Schmitz & Gazzaneo (1991, p.101-104) reuniram os dados daquele autor. Assim, dentre a ampla variedade da dieta alimentar dos Guaranis, tinha-se em grande proporção os alimentos de origem vegetal, que seriam principalmente o milho e a mandioca (doce e amarga); além de: batata doce, cará, gravatá, feijões, amendoim, cucurbitáceas, pacoba (banana), ananás, pinhões, coquinhos de palmáceas, erva-mate, e uma série de raízes e frutas presentes na floresta pluvial subtropical. Ainda são citados fungos, e uma variedade de plantas medicinais. As proteínas animais vinham principalmente de mamíferos; ocorrendo também caça de aves, répteis, anfíbios, peixes, moluscos, gastrópodes e crustáceos. (PARELLADA, 2011, p. 75).

Conforme observa Gadelha, Villa Rica principal cidade da Província possuía então 200 vizinhos. Devia esta cidade desenvolver relativo intercâmbio comercial com o Brasil, vendendo índios aos paulistas, e franqueando a passagem do contrabando dos portugueses pela região. Possuía excelentes plantações de algodão, cana-de-açúcar e vinhas, criando também cabras, ovelhas e porcos para consumo local. Porém, a riqueza principal era a erva-mate, colhida nas matas de Maracaju. O trabalho nos ervais era o terror dos índios encomendados, devido às péssimas condições existentes de clima e isolamento e falta de alimentação no local, perdendo, assim, os índios, sua vida e saúde (GADELHA, 1980, p.166).

No ano de 1593, o cabildo de Villa Rica era composto dos seguintes membros: capitão Juan Merino (alcaide e governador), Garcí Vazquez de Valvez (alcaide), Mechor Moreno (alcaide) Pedro Portilho, Juan Diaz Adorno, Francisco Peralta, Francisco Montañez e Albino Sanchez Cano (CARDOZO, 1970, p. 57).

O procurador de Villa Rica, em testemunho de 6 de novembro de 1628, relata que a cidade estava morrendo e quem a estava matando eram os jesuítas, que em Ibitirembetá, Tayati e Iniay abrigavam enorme quantidade de índios pertencentes a *encomendeiros* de *Villa Rica* (PARELLADA, 2011, p.77).

Em 1607, o governador do Paraguai Hernandarias relatou a Felipe III a necessidade da catequização dos indígenas do Guairá, por serem muito numerosos em relação aos espanhóis, pois assim haveria a conquistar da região sem armas. Ainda na carta de Hernandarias informou que *Ciudad Real e Villa Rica* tinham respectivamente 30 e 100 colonos espanhóis, e ao seu redor existiam cerca de 150.000 índios (TAUNAY, 1925, p. 284-305).

(...) digo que atento aquela companhia de Jesus que con ele favor divino se edifica casa della e nesta villa de que se sigue grande servicio de dios y a sumag.º y mucha utilidade en estas Prov. y tiene nesecidad de que se Le señale una suerte de tierra para sustento de La dicha companhia e casa de donde tenga huertas y viñas e otras legumbres neseçarias.

Os índios Guarani tradicionalmente confeccionavam vasilhas cerâmicas, onde se destacava a forma carenada e alguns tipos de decorações, como a pintura vermelha e preta sobre engobo branco, além dos recipientes escovados, corrugados e unglados. Os espanhóis, que na Europa já usavam louça, faiança e utensílios em metal, tinham os vasilhames com formas diferenciadas dos Guaranis; tais como os pratos rasos e fundos, sopeiras, tigelas com alças e asas (PARELLADA, 2011, p. 25).

Em Villa Rica e outras cidades coloniais distantes dos grandes centros econômicos da época, devido à dificuldade de obtenção de bens e a disponibilidade de mão-de-obra indígena, a maioria dos materiais de uso cotidiano tinha que ser produzido no próprio local. Villa Rica estava localizada em um lugar mais estratégico do ponto de vista da quantidade de árvore de mate do que Ciudad Real, um fato que sem dúvida era um dos motivos da sua maior importância durante a dominação espanhola.

Desta forma, os paulistas, diante das fundações espanholas no Guairá, aproveitaram-se desse fato como evasiva para fundamentar suas incursões com o objetivo de aprisionar os Guarani, que habitavam um vasto território ao sul e sudoeste de São Paulo.

2.1 As entradas dos Bandeirantes no Guairá

O Guairá vinha sendo invadido pelos paulistas já há muitos anos, antes mesmo da fundação das primeiras reduções. Como diz Cortesão: “Desde que os primeiros portugueses se fixaram em S. Vicente, na Cananéia e no planalto, e mais ao sul, na ilha de Santa Catarina, com alguns poucos castelhanos, companheiros de aventura e de naufrágio, o tráfico de escravos com as tribos do sertão tornou-se o principal incentivo da penetração na região do Guairá” (CORTESÃO, 1951, p. 67).

Nos anos de 1580, tornam-se escassos os índios que moravam em São Paulo, já que estavam sendo usados constantemente como mão de obra escrava e os colonos começam por cobiçar o grande número de índios guaranis que já estavam sob proteção jesuítica.

As reduções jesuíticas espanholas estavam cheias de guaranis, de certa forma, pacificados, muito cobiçados pelos bandeirantes. Embora cristãos, os paulistas acreditavam que os escravos que eram trazidos de suas expedições de apresamento, estavam sendo ingressados na Igreja e tendo sua alma salva, mesmo que sofressem e morressem fisicamente. Ignorava totalmente a censura dos jesuítas ao seu escravagismo. O patriotismo dos bandeirantes e sua religião eram ostensivos, reacionários e inteiramente subordinados aos seus interesses egoístas (HEMMING, 2007, p. 379).

Além das relações sociais que foram travadas entre os índios, espanhóis e jesuítas, nem sempre se configuraram de forma muito amistosa, surge então um novo elemento de grande importância para compreender: o papel dos bandeirantes, provenientes de São Paulo. Conforme Schallenberg, esse movimento surge face às necessidades dos paulistas em se inserir no circuito de trocas mercantis:

É esse movimento, conhecido como bandeirantismo, buscou, pois, um, produto de valor mercantil, configurado em torno da mão-de-obra indígena, que passou a apresar para vender no litoral ou trocar por mercadorias que tivessem valor comercial no interior da colônia (SCHALLENBERG, 1997, p. 122).

A partir 1585 os bandeirantes paulistas passaram a atacar a Província del Guairá para capturar índios (TAUNAY, 1924, p.137). Porém, foi com a bandeira comandada por Raposo Tavares, em 1627, que houve a destruição da primeira redução jesuítica (Santo Antônio), e daí por diante as reduções foram sendo arrasadas pelos paulistas ou abandonadas pelos índios e jesuítas.

O assédio dos bandeirantes, que passou a se intensificar a partir de 1628, tinha como objetivo capturar os índios para vendê-los como escravos a donos de canaviais e de engenhos de açúcar, pois a mão-de-obra escrava passou a ser mais escassa e mais valiosa, em vista do fechamento do porto de embarque de negros em Angola e do risco dos navios negreiros sofrerem ataques da pirataria oceânica.

Ruy Wachowicz (1968, p. 89) afirma que nada era mais atraente e compensador do que atacar as reduções onde se encontravam milhares de índios já aldeados e com certo conhecimento de algum ofício, o que melhoraria o preço de sua venda.

Estas bandeiras eram formadas por particulares, portugueses e índios tupis, cujo objetivo principal era o de capturar indígenas para o trabalho escravo na lavoura, transportes, engenhos de açúcar e minas. Estes paulistas tinham interesse muito maior em se apoderar de escravos pelo fato da mão de obra ter se tornado escassa, do que em descobrir minas. Tinham o receio que, se fosse encontrado ouro, eles perderiam sua relativa independência e teriam de pagar ao rei um quinto de qualquer metal, ao passo que nada pagavam se tratando de escravos índios. Assim, a partir deste momento os jesuítas tiveram a iniciativa de criação de suas primeiras missões, as reduções do Guairá, entre outros motivos está a manutenção da ação evangelizadora e resistência a captura desses índios.

O objetivo dos bandeirantes era o aprisionamento dos índios, pois esses eram vistos como um produto de valor comercial, o que direciona as Bandeiras às reduções jesuíticas. O índio reduzido atendia a característica de produto de valor mercantil para os bandeirantes. Ele já estava inserido no sistema de trabalho disciplinado, mantendo contato amistoso com os europeus e poderia ser encontrado em grande quantidade em uma só redução. O contato entre portugueses e espanhóis acabava por transformar o índio em um elemento de valor mercantil também para os espanhóis. Tal fato, por sua vez, implica em uma maior vulnerabilidade das reduções. As reduções, conforme escreve Schallenger, a partir de então, além de se preocuparem com as bandeiras de aprisionamento, organizadas pelos paulistas, tiveram, também, que enfrentar os espanhóis da região, que passam a desenvolver o comércio de indígenas com os portugueses (SCHALLENBERGER, 2006, p.26).

Por volta do ano de 1612 os “portugueses de São Paulo” estavam presentes na região. Ainda segundo Schallenger:

A Câmara da Cidade Real do Guairá registrou, em 1612, as inquietações provocadas entre os índios encomendados pelos portugueses, que, com as suas entradas, teriam levado mais de três mil almas para São Paulo”. De acordó com o mesmo autor, entre 1615 e 1619 duas expedições dos

bandeirantes, apresadoras de índios, percorreram a região do Guairá. E a partir de 1623, segundo ele, essas expedições se intensificaram (SCHALLENBERGER, 2006, p. 26.)

Contudo, não demorou muito tempo para que os paulistas se voltassem contra as missões jesuíticas espanholas. Era muito mais viável atacar aqueles grandes aldeamentos do que embrenhar-se nas florestas à procura de aldeias isoladas em busca de bandos de índios selvagens.

Nesse sentido, as condições para a entrada e invasão desse território eram propícias, portanto Manuel Preto passou a ser conhecido como o primeiro bandeirante a atacar as missões jesuíticas desta região. Assim os paulistas prepararam um ataque às missões do Guairá. Em uma passagem por São Paulo, Xeria percebeu que uma grande bandeira estava sendo preparada e escreveu uma carta comunicando ao rei a sua indignação em relação ao escravagismo dos paulistas. Entretanto, ao chegar ao Paraguai, Xeria impede que os missionários armassem seus índios e como conselho, pediu para que eles abandonassem as missões do Guairá, pois a resistência seria quase impossível.

Assim, Antonio Ruiz de Montoya, superior das missões jesuítas do Guairá, não esperou que viesse o auxílio da Espanha. Montoya percebeu que a maneira de se livrar dos paulistas era conduzir os sobreviventes das reduções do Guairá para longe, fora do território da Província de Assunção.

Para Lugon (1977) o ataque dos bandeirantes às reduções do Guairá resultou na captura de quinze mil guaranis das reduções, e ainda o roubo de seus rebanhos. Afirma que a cumplicidade do governador do Paraguai Luis de Céspedes com os paulistas foi notória. Ele, que tinha boas relações no Brasil, passou por Loreto vindo do Brasil (quando se preparava em nosso país a grande expedição dos paulistas) e não atendeu ao pedido do padre Montoya no sentido de reforçar a defesa das reduções do Guairá (LUGON, 1977, p. 14).

Ao observarmos a ação dos bandeirantes paulistas e o tratamento oferecido pelos colonizadores espanhóis aos índios, e, principalmente, ao identificarmos a convergência de interesses entre os portugueses e os espanhóis, para a exploração dos índios fixados nas Reduções Jesuíticas do Guairá, podemos afirmar que a falência dos núcleos de povoamento europeus é consequência de um processo peculiar a essa região. Esse processo inicia-se com a utilização da mão-de-obra indígena pelo colonizador espanhol. A princípio, existia um relacionamento amistoso entre esses dois povos, mas que se esfacelou à medida em que o espanhol passa a utilizar o indígena como mão-de-obra. Isso faz com que os índios aproximassem-se das reduções jesuíticas que estavam surgindo na região. As relações, então,

modificaram-se. As reduções são atacadas e os índios são comercializados, ou simplesmente transferidos como mão-de-obra para as regiões de São Paulo ou São Vicente. A pressão exercida pelos colonos espanhóis e pelos bandeirantes sobre as reduções levou os jesuítas e os índios das missões a retirarem-se da região, o que provocou uma desestruturação socioeconômica do Guairá e um enorme enfraquecimento das fronteiras espanholas.

Com isso, o colono espanhol perdeu a mão-de-obra indígena, dificultando a atividade de coletar a erva-mate ou para tornar suas terras produtivas. O espanhol perde, também, uma mercadoria, o índio, que era um produto de extrema importância para o comércio com os portugueses. Além disso, os ataques bandeirantes dizimam os núcleos de povoados espanhóis, localizados na região do Guairá. No entanto, a falência desses núcleos já podia ser observada. A dinâmica interna que favoreceu o surgimento e a manutenção desses núcleos de povoamento tinha como cerne de sua estrutura o convívio e a exploração do índio. Com o afastamento das reduções jesuíticas e dos índios da região do Guairá, o principal fator que tornava possível a permanência dos colonizadores na região se extingue, o que acarreta a falência da colonização europeia naquela região, naquele momento da história.

Assim, a necessidade de obtenção de passagem mais fácil e rápida para o Atlântico, juntamente com os demais argumentos apontados até o momento, foi um dos fatores fundamentais para a fundação de vilarejos espanhóis no território guaireño. Basta observar atentamente o nome do novo povoado; para se perceber os interesses que moviam a ocupação do Guairá: *Villa Rica Del Espiritu Santo*. Conforme descreve Oliveira (2003), “vantagens materiais aliadas à uma mentalidade que busca justificação no âmbito religioso”. Pensava-se que a riqueza mineral do local seria suficiente para resolver o problema da pobreza dos colonizadores, de projeção social, da ganância pelo enriquecimento fácil, ao se encontrar jazidas minerais, que envolvia a conquista e exploração de novos territórios. Assim, Oliveira (2003) destaca a importância que Melgarejo dá a riqueza mineral da região, sendo um dos motivos da fundação de Villa Rica (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

Em 1610, com a entrada dos jesuítas e o início das missões na região do Guairá, começam a surgir os problemas, pois segundo o historiador Moacyr Flores (1997), estas missões começaram a ocupar lugares importantes das bacias dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Corumbataí e Iguaçu. Ao contrário dos habitantes das vilas (*Villa Rica Del Espiritu Santo* e *Ciudad Real*), os paulistas foram reclamar diretamente aos jesuítas, mas não obtiveram êxito em suas reclamações. Em decorrência desta intransigência por parte dos jesuítas, durante os anos 20, iniciou um período crítico para as missões, com as ameaças de

invasões e ataques, pois significava para as frentes de colonização luso-espanhola um empecilho a política expansionista e escravagista.

Mesmo com as tentativas de impedimento destes ataques pelos jesuítas, a situação tornou-se insustentável, a ponto destes perceberem-se abandonados junto aos indígenas contra a ambição dos paulistas. As invasões bandeirantes trouxeram terror e destruição para as missões jesuíticas do território guairenho. Em 1628, ocorreu a invasão das missões.

Conforme nos escreve Taunay, “a 25 de novembro de 1631, acampou Guzmán perto do Salto das Sete Quedas preparando-se para socorrer Villa Rica del Espiritu Santo que os paulistas pretendiam destruir, empenhados como pareciam em enxotar todos os castelhanos além Paraná” (TAUNAY, 1976, p. 53).

Segundo Schallenberger, o apresamento e tráfico de índios da região “*era praticado de forma organizada desde 1602*” (SCHALLENBERGER, 2006, p. 59). Embora os paulistas, terem invadido as reduções de imediato.

Com a bandeira de 1632, Villa Rica foi sitiada por três meses e seus moradores acabaram se transferindo para a banda ocidental do rio Paraná, com alguns villarriquenhos mudando-se para São Paulo (PARELLADA, 1993, p. 26). Com o cerco de Villa Rica, os habitantes de Ciudad Real abandonaram a cidade, ficando o Guairá sem núcleos de colonização europeia, e os paulistas continuaram transitando naquela região até o sul do Uruguai, para capturar indígenas.

Estes acontecimentos, entre os anos de 1629 e 1632, fizeram com que espanhóis e jesuítas se afastassem da região, passando a ser de domínio português. Segundo Aguilar, a partir do [...] ano de 1632, depois de haverem estabelecido 13 missões de indígenas, e apresentando-se, ainda, grandes expectativas de expansão missionária, não existia mais nenhum *pueblo*; tudo estava destruído e abandonado, contribuindo em tal “*horrendo y calamitoso espectáculo*”, forças contrárias à liberdade dos índios, organizadas segundo os interesses dos portugueses e espanhóis, sem esquecer a aversão alimentada junto aos próprios índios hostis e desinformados quanto ao objetivo da presença missionária dos jesuítas na região (AGUILAR, 2002, p.12).

As invasões tiveram um resultado duplo, pois acabou servindo não apenas para destruir as missões, como também, na expulsão dos espanhóis para além do rio Paraná, visto que as cidades espanholas também haviam sido vítimas dos ataques. Com a fuga dos jesuítas e dos índios, devido ao avanço bandeirante, houve um abandono da região ocidental do estado do Paraná.

As bandeiras contribuíram de forma especial para a desterritorialização dos Guarani coloniais, no século XVII. Os termos entrada e bandeira, na historiografia, são sinônimos, como salientou o historiador Ronaldo Vainfas (2000). São aventureiros dos séculos XVI e XVIII, que participaram de expedições armadas pelo sertão. Foram expedições armadas que invadiram aldeias, queimaram malocas e escravizaram os Guarani (VAINFAS, 2000, p.64).

Como resultado do exposto a fuga levou jesuítas e guaranis para a região do Tape, de onde Montoya encaminhou-se, em 1638, para a Corte Espanhola visando a defesa do armamento dos indígenas, para que não houvesse mais possibilidades de invasões por parte dos bandeirantes, sem que os guaranis pudessem defender as suas missões.

Os bandeirantes tinham por compromisso adentrarem as terras guairenhas em busca de dois objetivos: o aprisionamento de índios e à procura de minas de ouro. Essas bandeiras eram formadas por particulares, portugueses e índios tupis, cujo objetivo principal, era o de capturar indígenas para o trabalho escravo na lavoura, transportes, engenhos de açúcar e minas. São Paulo tornou-se o núcleo dos bandeirantes devido ao seu relativo isolamento e a impossibilidade de cultivar a cana-de-açúcar. Esses paulistas tinham um interesse muito maior em se apoderar de escravos do que em descobrir minas. Pois tinham o receio que, se fosse encontrado ouro, eles perderiam sua relativa independência e teriam de pagar ao rei um quinto de qualquer metal, ao passo que nada pagavam se tratando de escravos índios. Assim, a partir deste momento os jesuítas tiveram a iniciativa de criação de suas primeiras missões, as reduções do Guairá, entre outros motivos está a manutenção da ação evangelizadora e resistência a captura desses índios.

Nos anos de 1580, torna-se escassos os índios que moravam em São Paulo, já que estavam sendo usados constantemente como mão de obra escrava e os colonos começam por cobiçarem o grande número de índios guaranis que já estavam sob proteção jesuítica.

As reduções jesuíticas espanholas, que estavam cheias de guaranis pacíficos, muito cobiçados pelos bandeirantes. Embora cristãos, os paulistas acreditavam que os escravos que eram trazidos de suas expedições de apresamento, estavam sendo ingressados na Igreja e tendo sua alma salva, mesmo que sofressem e morressem fisicamente. Ignoravam totalmente a censura dos jesuítas a seu escravagismo. O patriotismo dos bandeirantes e sua religião eram ostensivos, reacionários e inteiramente subordinados aos seus interesses egoístas (HEMMING, 2007, p. 379).

O governador Luís de Céspedes de Xeria enviou uma carta a Felipe IV (Archivo de Índias, in TAUNAY 1925, p. 191), onde destacava a pobreza de *Ciudad Real e Villa Rica*. Em matéria de vestuário só viu índios e brancos maltrapilhos; até mesmo os "*alcaldes y regidores*

benian vestindo lienço de algodón tenido de ñegro y esto muy roto. Las mujeres y hijos destos andan vestidos de La misma hasta las camisas." Havia também pouca abundância de víveres, além de raízes chamadas yucas (mandioca), só haviam laranjas e algum milho; não tendo nem gado nem ovelhas. O Governador contava que Villa Rica tinha cerca de 130 homens com muitos velhos e Ciudad Real, 40 homens; e que perto de Villa Rica existiam cerca de doze a catorze mil índios, mais da metade reduzidos.

A igreja e a casa dos jesuítas estavam ao chão, fato que fez com que Xeria propusesse aos religiosos da Companhia de Jesus um acordo, no qual seriam cedidos 24 índios da jurisdição de *Villa Rica* para a reconstrução do templo, que seria feito em menos de um ano. Ainda foi feito outro acordo a partir da iniciativa dos próprios jesuítas, no sentido de oferecer à cidade cem vacas da redução de Nossa Senhora de Loreto, cinquenta para os moradores de *Villa Rica* e cinquenta para os padres, sendo que o *Cabildo* daria aos jesuítas terras para a pastagem do gado e quatro índios para a guarda das vacas; este acordo seria repetido em mais cem vacas no ano seguinte. Na mesma carta Xeria ainda contava que os edifícios públicos caíam, reinava a fome nas famílias brancas que emigravam uma após a outra.

A aproximação do governador Luiz Céspedes Xeria dos portugueses teria facilitado o acesso dos bandeirantes às áreas nas quais estavam localizadas as reduções jesuíticas e os núcleos de povoamento espanhóis. Essa explicação pode ser observada no *Memorial em direito apresentado pelo Padre Francisco Diaz Taño da companhia de Jesus contra o governador D. Luiz de Céspedes Xeria na causa que se lhe move pelos delitos cometidos no seu governo*, escrito em 1631 (CORTESÃO, 1951, p. 401).

Os espanhóis, que se fixaram nos núcleos de povoamento do Guairá, perdiam o principal elemento que havia possibilitado a permanência dos colonos na região: a mão-de-obra indígena. Segundo Vianna (2005) no final de 1628, chega ao Rio de Janeiro o novo governador da província de Assunção do Paraguai, Luiz de Céspedes Xeria. Foi ele quem deu permissão a Raposo Tavares para assaltar o Guairá, pois o novo governador precisava de escravos para os seus engenhos e os dos parentes de sua esposa, e esses foram trazidos depois dos ataques bandeirantes ao Guairá. Com a proteção de Xeria os portugueses atacavam em toda a parte, em grupos grandes e pequenos. As atrocidades se comparavam aos primeiros anos de conquista espanhola. Os jesuítas, desesperados, não cessavam de escrever ao Rei de Espanha sobre as ligações de Xeria (VIANNA, 2005, p.216)

Durante sua estada no Guairá, Céspedes Xeria, permaneceu 2 meses em Villa Rica como centro principal da Província. Nessa época a vila tinha uma população de 130 almas e *Ciudad Real* 40 ou 50. (CARDOZO, 1970, p. 119)

Conforme nos diz Parellada, em 1630, a indústria espanhola tinha dimensões reduzidas em relação a outros países europeus; um dos motivos que colaborou para a destruição de Villa Rica foi justamente as dívidas dos seus moradores, devido aos altos preços dos produtos no início do século XVII como tecidos, vinho, sal e pólvora. Diante disso, em Villa Rica e em outras cidades coloniais distantes dos grandes centros econômicos da época devido esta grande dificuldade de obtenção de bens e a disponibilidade de mão-de-obra indígena, a maior parte dos materiais de uso cotidiano tinham que ser produzidos nas próprias colônias (PARELLADA, 1996, p. 26).

No ano de 1632, existiam em *Villa Rica* aproximadamente 4.500 espanhóis e seus índios encomendados. Encontrava-se em difícil condição por estarem cercados pelos portugueses de São Paulo, padecendo muitos sofrimentos e fome, por terem os paulistas se apossado de suas terras e de seus mantimentos. Após verificar que seria inútil continuar resistindo, o bispo D. Frei Cristóvão de Aresti chefiou o êxodo dos sitiados além Paraná. No dia 20 de outubro, encontravam-se os retirantes já estabelecidos na margem direita do Paraná, onde muitos pereceram após centenas de quilômetros de forçada marcha (NOVAIS, 2004, p. 125)

Os habitantes de Ciudad Real, assustados com o que havia acontecido com os seus vizinhos de Villa Rica, também decidiram abandonar sua povoação. “Dentre em pouco não haveria um único branco mais sitiado na grande área limitada pelo Paranapanema, Tibagi, Paraná e Iguaçu.” (TAUNAY, 1976, p. 55).

Assim, Antonio Ruiz de Montoya, Superior das Missões jesuítas de Guairá, não esperou que viesse o auxílio da Espanha. Percebeu que a maneira de se livrar dos paulistas era conduzir os sobreviventes das reduções do Guairá para longe dos paulistas e fora do território da Província de Assunção.

Ao observarmos a ação dos bandeirantes paulistas e o tratamento oferecido pelos colonizadores espanhóis aos índios, e, principalmente, ao identificarmos a convergência de interesses entre os portugueses e os espanhóis, para a exploração dos índios fixados nas reduções jesuíticas do Guairá, podemos afirmar que a falência dos núcleos de povoamento europeus é consequência de um processo peculiar a essa região.

Podemos afirmar por meio de relatos de exploradores, missionários, viajantes e outros que ali estiveram, que o território era amplamente habitado por milhares de indígenas, altamente organizados cultural e politicamente. Após uma resistência em manter-se livres, os indígenas procuraram firmar alianças com os europeus ou fugiram, por exemplo, do domínio espanhol, que os obrigavam às *encomiendas*. Em contra partida, os europeus também tiveram

dificuldades. As incursões para o interior dos territórios exigiram deles grandes esforços para alcançar seu objetivo, que foi, sempre, atingir as riquezas que sabiam ou imaginavam que houvesse no interior da América (CHAGAS & MOTA, 2011, p. 33)

Desta forma, com o afastamento das reduções jesuíticas e dos índios da região do Guairá, o principal motivo que tornava possível a permanência dos colonizadores na região se extingue, o que acarreta a falência da colonização europeia naquela região, naquele momento da história.

CAPÍTULO III

VILLA RICA NA DOCUMENTAÇÃO

A construção deste capítulo deve-se à leitura de documentos que estão reunidos nos Manuscritos da Coleção de Angelis. A Coleção compõe-se de mais de 1.200 documentos manuscritos, produzidos no período compreendido entre o século XVI e o século XIX. São documentos originais e cópias autênticas de relatos, correspondências e processos de vários tipos, que atestam a conturbada história das áreas de fronteira entre as Américas Portuguesa e Espanhola. Parte significativa da Coleção é composta de documentos produzidos pelos jesuítas, que atuaram na América Meridional, nos quais são detalhadas a constituição e o desenvolvimento das reduções. Entre eles, destacam-se inúmeras referências aos grupos indígenas dos Guarani, Gualacho, Guañana, Itatins, Minuanos e Charruas, além de outros. Também estão presentes documentos sobre os Tratados de Limites, estabelecidos entre Portugal e Espanha, a partir de 1750, e os impactos da demarcação de fronteira entre os grupos nativos.

Houve de certa forma, dificuldades para a leitura e interpretação da documentação, isto porque, a grafia e algumas abreviações, impediram uma melhor compreensão do que realmente o documento trazia em suas entrelinhas. Ainda assim, procuramos nos aproximar ao máximo da real intenção de cada carta, interpretando com base nos estudos do tema para que as informações contidas em cada um pudessem enriquecer o trabalho, utilizando-os como pilares para a pesquisa proposta.

Para este estudo foram selecionados documentos que estão reunidos no primeiro volume da Coleção intitulado “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)” organizado por Jaime Cortesão¹⁴. A organização do volume obedece a uma sequência de três partes:

“a primeira, a que poderíamos chamar de antecedentes: a segunda, a que mais propriamente se ajusta ao título do volume e que se refere às lutas entre bandeirantes e jesuítas espanhóis e à destruição das missões do Guairá pelos primeiros; a terceira, onde se referem às consequências dos fatos anteriores” (CORTESÃO, 1951, p. 86).

14 “A edição obedeceu à orientação do Professor Jaime Cortesão, historiador e paleógrafo, conhecido e reconhecido pelas suas altas virtudes de estudioso competente. A imensa e difícil tarefa que lhe coube, de classificação, leitura e interpretação de velhos documentos e sua preparação para a imprensa pode ser bem avaliada pelos que estão afeitos a trabalhos desta natureza. Sua intimidade com letras antigas permitiu-lhe o preparo da edição crítica de Carta de Caminha e seu conhecimento de cartografia, de geografia e de nossa expansão territorial forneceu-lhe as bases paleográficas e históricas para esta obra.” (José Honório Rodrigues)

A primeira parte, de maior interesse para esse trabalho faz referência: a Missão do Paraguai e Guairá, que foi iniciada pelos jesuítas portugueses; as Mercês¹⁵ de terras feitas por Diaz de Guzman e tomada de posse pelo jesuíta português padre Manuel de Ortega; os primeiros passos da companhia de Jesus da província espanhola do Paraguai no Guairá; distribuição geográfica das *encomendas* nos fins do século XVI; como era organizada a companhia e sua orientação em relação ao trabalho pessoal dos índios; estado social das cidades e povoações espanholas do Paraguai, Guairá e de São Paulo; os jesuítas e as armas de fogo e descrições sobre os indígenas. Aqui serão analisados os dez primeiros documentos do volume, referentes à doação de terras, declaração de posse de terras, doação de *yanáconas*¹⁶, e encomendas.

3.1 Doação de Terras

As quatro primeiras cartas fazem referência à missão dos jesuítas no Guairá que estava sediada em Villa Rica, fazendo menção ao Padre Manuel Ortega, a quem o alcaide Jerônimo Garcete entregou uma parcela de terras em Villa Rica. Ela foi doada a Companhia de Jesus pela viúva do cacique Melchior. Com a morte desse cacique, o capitão Juan Merino havia usurpado esses terrenos que Ruy Diaz de Guzman, tenente de governador na cidade de Santiago de Xerez, inteirado da violência, fizera restituir à Companhia de Jesus.

A partir da leitura das cartas, é possível traçar um paralelo de informações capazes de historicamente corroborar com as informações extraídas nos documentos acima relacionados. Com isso, relacionar o contexto e justificar as ações que culminaram tanto na doação de terras como na doação de índios.

15 Em Portugal, o Registro das Mercês, instituído pelo alvará de 31 de dezembro de 1547, tinha por finalidade assentar todas as mercês concedidas pela Coroa, como doações de terras, alcaidarias-mores, rendas, jurisdições, cartas de comenda, capitánias, ofícios e cargos de justiça e da fazenda, tenças ou privilégios. Em 29 de novembro de 1643, foi organizada a Secretaria das Mercês e Expediente, para expedir todas as consultas, despachos, decretos e ordens passadas, receber cartas e papéis que não tocassem aos negócios da Secretaria de Estado e despachar as mercês dadas por serviços ou graças reais (PORTUGAL, 1856a, p. 22)

16 *Yanáconas* eram os povos submetidos aos conquistadores. Segundo as leis do Conselho das Índias, estes indivíduos deveriam ser antes servos do que escravos, o encomendeiro vestia-os, sustentava-os, não podendo vendê-los nem bani-los, nem de modo algum os maltratar, devendo ensinar-lhes um ofício e doutrinar-lhes no cristianismo.

Os primeiros documentos mencionam as doações feitas à Companhia de Jesus para seu estabelecimento na província, documentos estes que comprovam tal ação quando o capitão Ruy Diaz de Guzman¹⁷, após ter trasladado Villa Rica para um lugar mais ao sul do rio Corumbataí, delimitou na estrutura do povoado, em 1594, um terreno aos padres para a construção da residência, para o cultivo de hortaliças e vinhas para o seu sustento. Esta doação foi confirmada em 1595, ressaltando-se o objetivo de construir casa e Igreja; e foi aumentada a propriedade com nova doação da senhora Maria Boypitán, viúva do cacique Melchior, que nomeou os jesuítas seus herdeiros; tal propriedade foi apossada pelo capitão Juan Merino, obrigada depois a devolvê-la, por resolução da cédula de 22 de julho de 1595 (AGUILAR, 2002, p. 137).

Ainda conforme Aguilar (2002) “o período de 1580 a 1640 é, portanto, fundamental para o assentamento das bases administrativas e defensivas da América, abrindo-se novos caminhos para o interior, buscando-se a fixação de um maior número de colonos e conseqüentemente, alargando-se o campo de expansão da atividade missionária” (AGUILAR, 2002, p. 71)

Foi no governo de Irala que houve a distribuição de terras e índios aos seus soldados. A distribuição se deu por meio do sistema de *encomiendas*”, o que baseou toda a atividade produtiva da colônia. O conquistador europeu, não só se apropriou das terras como também da mão de obra dos primitivos habitantes.

Como podemos ler em Schallenberger (2007, p. 35):

O trabalho constituía-se em importante ferramenta para a evangelização. Os jesuítas, ao considerarem o indígena homem na qualidade de pessoa que se dignifica pelo trabalho, converteram-no em ferramenta para a evangelização. Enquanto instrumento mediador para a construção da nova espacialidade, o trabalho, observado a partir das habilidades horticultoras dos guaranis, tornou-se para as missões e para as frentes de ocupação um fator de atração. Os efeitos dessa atração resultaram num processo de redução da mão-de-obra indígena, de sua submissão ao serviço pessoal e de captura, diante do que as missões passaram a ser expressão da política de defesa do índio.

17 Ruy Diaz de Guzmán era um mestiço, nascido em Assunção do Paraguai, entre os anos de 1558 e 1560. Sua mãe, dona Úrsula de Irala, era uma das filhas de Domingo Martinez de Irala, com uma índia guarani de nome Leonor e seu pai era o capitão espanhol Alonso Riquelme de Guzmán, sobrinho de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca. Pelo que consta em sua biografia, Guzmán nasceu e morreu sem nunca ter saído da região platina, tendo vivido entre Assunção e Guairá. No ano de 1575, acompanhou Ruy Diaz de Melgarejo na fundação de *Villa Rica del Spíricu Santu*. Em 24 de março de 1593, fundou a primeira cidade de Santiago de Jerez, objeto deste estudo. Guzmán desempenhou importantes funções burocráticas e militares que lhe possibilitaram conhecer quase toda a região conquistada pelos espanhóis, percorreu o Chaco, a Bacia do Alto Paraguai e o Alto Peru (NOVAIS, 2004, p. 25-26).

Desta forma, por meio da leitura dos documentos foi possível levantar alguns dados de grande importância para a pesquisa proposta, conforme a Quadro 1, podemos observar o conteúdo dos primeiros documentos selecionados.

Quadro 1. Lista de doação de Terras na Vila Rica do Espírito Santo feitas pelos governadores do Paraguai. Fonte: Jaime CORTESÃO. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640) Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

Nº DA CARTA	Nº DO DOCUMENTO	DATA	DOADOR	BENEFICIADO	LOCALIZAÇÃO	M ²
I	Pagina 117/118	16/11/1594	Ruy Diaz de Guzman	Cia de Jesus	Vila Rica	500 passos de frente e 5.000 de largo
II	Pagina 118-120	22/07/1595	Ruy Diaz de Guzman	Cia de Jesus	Villa Rica	500 passos de frente e 5.000 de largo
III	Pagina 120-121	20/07/1595	Ruy Diaz de Guzman	Cia de Jesus	Villa Rica	500 passos de frente e 5.000 de largo
IV	Pagina 121-122	10/09/1595	Ruy Diaz de Guzman	Cia de Jesus	Villa Rica	500 passos de frente e 5.000 de largo

Podemos observar que a medida dos terrenos era de *quinhentos passos de frente e cinco mil de largo* - que correspondiam a 650 metros e 6.500 metros -respectivamente, com uma área aproximada de 422,5 hectares. Todos eles possuíam esta medida como padrão.

Essas cartas de doações de terras à Companhia de Jesus deixam claro o interesse que a Coroa tinha em dominar o território. Desta forma, com uma maior intensificação da presença jesuítica no Guairá verifica-se que a ação estimulada pelos europeus por meio das doações de terras feitas à Companhia de Jesus o que acabou possibilitando o estabelecimento e manutenção dos jesuítas na região. E ainda pelo fato de que havia ainda um incentivo local que acreditava que os jesuítas eram peças chaves para a conversão dos índios e assim acabavam criando estratégias para que os jesuítas se fixassem na região.

3.2 *Yanáconas*(doação de Índios)

Os outros onze documentos abaixo relacionados resumem a lista de *encomiendas* de índios do território do Guairá feitas pelo governador do Paraguai, Juan Ramires de Velasco, no período que compreende novembro de 1594 a abril de 1597, a vários moradores da sua província, muito particularmente para moradores Villa Rica del Espíritu Santo.

Segundo as leis do Conselho das Índias, estes indivíduos, os indígenas sob o regime de *encomiendas*, deveriam ser antes servos do que escravos: o encomendeiro vestia-os, sustentava-os, não podendo vendê-los nem bani-los, nem de modo algum os maltratar, devendo ensinar-lhes um ofício e doutrinar-lhes o cristianismo; serviam para trabalhos domésticos (TAUNAY, 1924, p. 94).

Conforme observa Mourão (1995, p. 25) a pressão dos conquistadores obrigou o governador Martinez de Irala a fazer distribuição de terras em *repartimientos* e de índios (*encomiendas*), em 1556. Vinte mil índios foram encomendados para cerca de 320 conquistadores. Segundo as ordenanças que acompanhavam a distribuição, os índios encomendados não deveriam servir ou serem emprestados ou contratados a outras pessoas, teriam trabalho moderado e não excessivo, seriam doutrinados na religião cristã, deveriam obedecer aos seus *encomenderos*, não se ausentariam de suas casas, poderiam reclamar de maus tratamentos na justiça, e o trabalho seria limitado a quarta parte do total dos indígenas encomendados. Irala justificava dizendo que os índios "nunca tiveram sido senão guerreadores e comedores de carne humana e ser indômitos e preguiçosos" e assim estaria os ajudando ao distribuí-los aos *encomenderos*, pois "nós os ajudamos a sustentá-los por ser como são tão preguiçosos que ainda para si não sabem fazer de comer.

Desta forma:

[...] os governadores em nome do rei davam cédulas de serviço pessoal que chamam *yanáconase* estes índios os tinham os espanhóis em suas chácaras ou em *Pueblo* em suas casas com tão grande domínio sobre eles que diziam que eram seus e como coisa sua os emprestavam e davam a quem queriam; [...] se davam em dote de maneira que a um davam o filho e a outro a filha e a outro o Padre e assim os íam repartindo como queriam seus amos; [...] de maneira que para ser verdadeiramente escravos não faltava se não lançá-los e vendê-los a público pregão, mas em o que é vendas paliadas fartas faziam" (ANAIS DO MUSEU PAULISTA, 1992, p. 302).

Segundo a legislação colonial espanhola, os *Yanáconas* estavam subordinados às terras e não aos proprietários; daí não estarem à venda, e assim não serem considerados escravos.

Independente da legislação que estava em vigor, parece ter sido as redes de parentesco que amarrou sociedade indígena aos encomendeiros, situação esta perdurando por muito tempo.

Conforme Chaves (1968, p. 378), no início de 1597 foram divulgadas pelo governador Ramirez Velazco importantes ordenanças em proteção ao indígena, regulamentando o serviço da "mita", instituindo a jornada de quatro dias de trabalho semanal, permitindo que só fossem retirados a quarta parte dos indígenas encomendados, proibindo castigo aos índios, carregamento excessivo em seus trabalhos (na colheita da erva mate, por exemplo), encarregando os *encomenderos* do doutrinamento de seus índios, etc.

A grande quantidade de aldeias guaranis na região próxima de Villa Rica levava frequentemente à concessão de *encomiendas*. O ano de 1597 foi um dos que mais se distribuiu *Yanáconas* e *encomiendas* à diversos habitantes de Villa Rica, e vizinhos em aldeias nos rios Ivaí, Piquiri, Tibagi, Corumbataí e outros locais próximos.

Os documentos em questão relacionam os espanhóis e jesuítas que foram beneficiados, e os índios que foram doados em encomenda. Todos os documentos foram expedidos da cidade de Assunção. As cartas selecionadas mencionam o local onde estavam as famílias indígenas doadas, tanto nas proximidades de Villa Rica do Espírito Santo, como em outras localidades próximas, tendo como ponto de referência os rios.

Quadro 02. Lista de Encomiendas de índios no território do Guairá, feitas pelo governador do Paraguai, Juan Ramirez de Velasco, no período que compreende novembro de 1594 a abril de 1597.

N° DA CARTA	N° DO DOCUMENTO	DATA	BENEFICIADO	LOCALIZAÇÃO	N° DE ÍNDIOS DOADOS
VI	84	08/01/1597	PEDRO MYNO	Ivaí	3
				Guayracay	1
				Ybirayral	2
				Comarca de Yyobi	3
				Comarca de Coqueriapu	3
				Iniaiguaçu	1
				Entre Curiytiu	4
				Ypitan	1
				Aruaçe	1
VII	85	08/01/1597	GARCIA LOPEZ	Corumbataí	Um com 8 <i>fuegos</i> e outro com 6.
				Guayracay na comarca do Yniaimiri	3
				Yaguari	3
				Iniaí	1
				Tibagi	5 com 140 <i>fuegos</i>
VIII	86	08/01/1597	JERONIMO MERINO	Icatu	1 com 2 <i>cassas</i>
				Ivaí	1 com 1 <i>cassa</i> Outro com 2 <i>cassas</i>
				Tibagi	5
				Iniaiy	3
				Guayracay	1
IX	90	08/01/1597	D. JUANA	Neste documento não foi encontrado nenhuma referência de localização	6
X	91	08/01/1597	DIEGO DE ÇUNICA	Icatu	2 cada um com 10 e 7 <i>fuegos</i>
				Paraná	2 com 7 e 18 <i>fuegos</i>
				Tibagi	7

XI	92	09/01/1597	JOÃO REYS “EL CHICO”	Guayracay	2
				Comarca de Thepotiatan	1
				Tibagi	7 com 60 <i>fuegos</i>
				Campo	1
				Comarca acima	1 com 20 <i>fuegos</i>
XII	93	09/01/1597	DIEGO XARÁ	Ivaí	3
				Tibagi	2
XIII	89	10/01/1597	DONA MENCIA	Neste documento não foi encontrado nenhuma referência de localização	27
XIV	94	10/01/1597	CATALINA BRIT.	Neste documento não foi encontrado nenhuma referência de localização	13
XVIII	289	20/03/1597	AMADOR MENDES	Prinbatahy	2
				Ivaí	2
				Piquiri	1
				Pitangoa	3
				Tibagi	3
				Comarca de Ytaucay	6
				Iniaí	1
				Iniaiguaçu	2
				Comarca de Potiatan	2
XX	310	?/04/1597	ALONSO DE BENIALVO	Comarca Ytaucay	6
				Ivaí	2
				Iniaí	1
				Iniaiguaçu	4

É possível tecer algumas considerações importantes acerca do conteúdo dos documentos expostos. Em relação ao *encomendero*, podemos destacar que quando é recebida uma doação de índios e posteriormente venha a falecer tanto ele como um herdeiro, essa *encomenda* se torna vaga (doc. 84), desta forma podendo ser novamente doada para um terceiro, o que acabou ocorrendo neste caso, visto que a doação primeira foi feita em nome de Hernando Diaz e de seu herdeiro, assim sendo após suas mortes doadas a Procurador Myño vizinho de Vila Rica.

No caso de doações realizadas em nome de mulheres como pode ser observado nos documentos de número 89, 90 e 94, essas doações foram feitas às viúvas que receberam as encomendas pertencentes aos seus respectivos maridos, no caso dessas doações, as encomendas pertenceriam a elas até suas mortes, depois retornariam aos seus caciques.

Embora as doações fossem feitas aos moradores de Villa Rica, as encomendas vinham dos mais variados pontos da Província do Guairá. Nos documentos, os rios aparecem como ponto de referência, facilitando assim a localização das encomendas. Esses índios eram retirados dos mais variados lugares da Província, e tinham por objetivo servir os moradores de Villa Rica de modo que seu estabelecimento no território pudesse ser mantido a partir da mão de obra do índio. Conforme nos mostra a tabela abaixo.

Quadro 3. Quantitativo de encomendas e sua localização.

NÚMERO DE ÍNDIOS DOADOS	LOCALIZAÇÃO
12	Ivaí
7	Guayracay
2	Ibirayral
3	Comarca de Yyob
7	Iniaiguaçu
4	Curiytiu
1	Ypitan
1	Aruace
14	Corumbataí com 8 <i>fuegos</i>
3	Yaguari
6	Iniaí
29	Tibagi com 200 <i>fuegos</i>
3	Icatu com 17 <i>fuegos</i>

2	Paraná com 25 <i>fuegos</i>
1	Thepotiatian
1	Campo
1	Comarca acima com 20 <i>fuegos</i>
2	Prinbatahy
2	Piquiri
3	Pitangoa
12	Ytaucay
2	Potiatan

Em Melia (1988) podemos observar que, de acordo com as estimativas demográficas, a referência a 200 índios pode significar até 1.000 pessoas, visto que se fazia referência apenas ao homem Guarani, devendo-se considerar sua mulher e filhos, “siendo sinónimo de *fuego* o familia nuclear” (MELIÀ, 1988, p.70).

Em alguns momentos, é possível identificar o objetivo das encomendas quando fica *claro* em seu conteúdo que a doação é feita até a morte do beneficiado e de um herdeiro, conforme a lei de sucessão. Pode-se identificar que no final de cada carta de doação vê-se sempre a recomendação para que se reserve um dos *encomiendados* para o serviço de um convento ou obra pia, com exceção das cartas de número XVII e XIV.

Quadro 4. Identificação dos índios e caciques nominados nos documentos.

NOMES DOS ÍNDIOS E CACIQUES	
Documento V	
MULHER	HOMEM
Francisca	Anton
Marina	Juan
Juana	Bartholome
Luzia	Juan
Maria	Ambrosio
Elena	Francisco
Marina	Anton

Margarida	
Documento VI	
	Anton Yrary
-	Abayabi
-	Tapayu
-	BartolomePotig
-	Ybirayral
-	Cherapeco
-	Guiraneen
-	Guiracaru
-	Yyribeyu
-	Maracayu
-	Tabetiriguari
-	Torpuran
-	Alonso Delcano
-	Guirapipuy
-	Aguaramymba
-	Abayague
DOCUMENTO VII	
	Miguel PindoBitin
	Francisco Taracua
	Tocayusu
	Piragui
	Pindovessa
	Quariguaçu
	Guatiacuru
	Pirauin
	Cuñapapa
	Guandu
	Abayague
	Yenboasi

Carao
DOCUMENTO VIII
Bartolome
Miguel
Diego Pitan
Yanday
Yaroytan
Derebim
Maguaruaguaçu
Bacayyndayday
Aviedo
DOCUMENTO IX
Julliana
Domingo
Maria
Anton
Juan
Francisco
DOCUMENTO X
Neste documento não é relacionado os índios e caciques nominalmente.
DOCUMENTO XI
Guaybiti
Ererache
Yaycata
Aracatu
Yayguçu
Abapari
Mituguay
Aycara
Yacar

Andipabi	
DOCUMENTO XII	
Arayni	
Pedro	
Melchior	
Apicabe	
Acarecotin	
DOCUMENTO XIII	
Maria	Bartolome
Francisca	Pedro
Catalina	Hernando
Margarida	Joao
Aldonça	Hernando
Paula	Roque
-	Domingo
-	Francisco
-	Bartolome
-	Diego
Joana	Pablo
Yaguarupa	
Xpianos Anton	
Luis	
DOCUMENTO XIV	
Joana	Melchior
Catalina	Matheo
Isabel	Bartolome
-	Martin
-	Domingo
-	Pedro

-	Pedro
XVIII	
-	Lourenço Cayça
-	Yaguapui
-	Hernando Baepuepue
-	Juan Guarayru
-	Alonso Boreroa
-	Bartolome
-	Sapo Quycuçü
-	Tacuru Agua Sapi
-	Aruay
-	Tarayran
-	Çuaramymba
-	
DOCUMENTO XX	
-	Casuguerabe
-	Yaybete
-	Cuydaraçu
-	Capoqui
-	Heropiriri
-	Amendamry
-	Guyrapiguçu
-	Guaysepera
-	XpianoXpovalos
-	Abacuru
-	Caruaybi

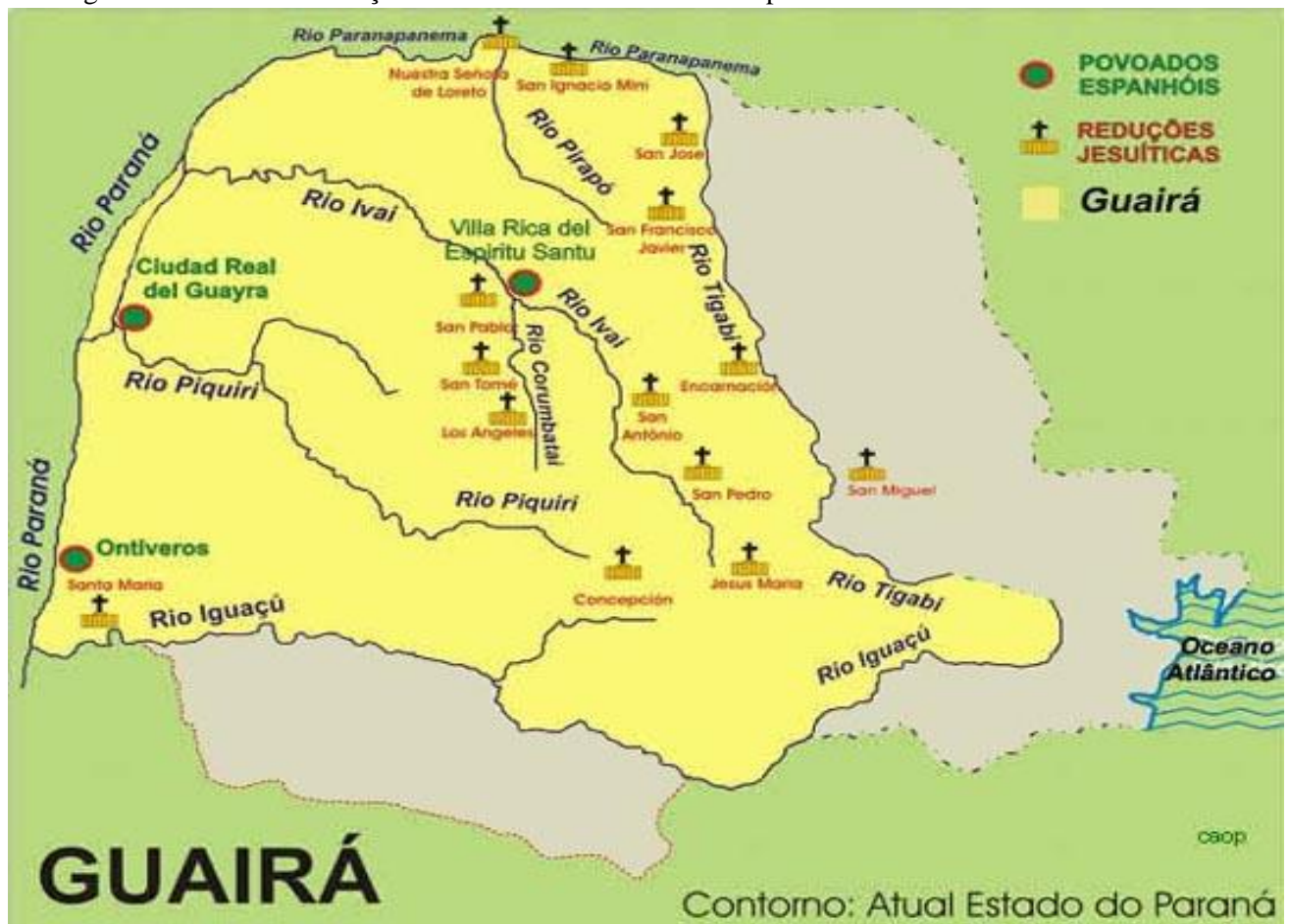
A partir do quadro identificamos os nomes dos índios e caciques citados nos documentos que utilizamos para a pesquisa, constatamos a utilização de nomes espanhóis e

guarani para os índios. Nas cartas, em alguns momentos é possível perceber a utilização de nomes tanto espanhol como guarani. Os espanhóis atribuíam nomes mais fáceis para chamá-los, visto a complexidade de seus nomes de origem guarani.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o que concluímos após a leitura de cada documento e de todo cenário histórico em qual Villa Rica estava inserida, é que o objetivo maior da Coroa era a proteção de seu território, primeiro pelo fato das fundações de cada cidade terem ocorrido em pontos estratégico, conforme o mapa abaixo: Ontiveros (1554), Ciudad Real (1556) e Villa Rica (1570-1589). Como é possível observar em Novais (2004) o avanço dos vizinhos espanhóis do Paraguai até o alto Ivaí foi alvo de grandes protestos por parte dos paulistas que ficaram insatisfeitos com o fato de os espanhóis de Villa Rica e demais povoações estarem avançando as terras que consideravam pertencer ao domínio da coroa portuguesa, e, ainda, por estarem se apossando do grande número de mão-de-obra indígena encontrada nessa região. Dessa forma, a expansão dos castelhanos do Paraguai, pelas terras que, hoje, pertencem ao Estado do Paraná, se chocava com os interesses dos paulistas (NOVAIS, 2004, p. 118).

Figura 2: Fundação das cidades espanholas no Território do



Guairá. Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/visita-tecnica-ao-museu>

As doações feitas tanto de terras como as de índios, tinham por objetivo justamente fortalecer seus núcleos de povoamento, e conseqüentemente garantir a defesa de suas terras. No caso das doações de terras feitas à Igreja, podemos perceber que o intuito maior da Coroa era beneficiar-se do estabelecimento dos jesuítas no território para a conversão do indígena e assim facilitar a utilização da mão de obra. A principal atividade econômica era a extração da erva-mate, que concorria com os ervais da serra do Maracajú, sendo a retirada e transporte da planta tarefas dos indígenas através do sistema de *encomiendas* (PARELLADA, 2011, p.4).

O apreço pelo trabalho evangelizador dos jesuítas para Schallenberger (1997) surgiu em meio à fuga do controle das autoridades para a consolidação de uma base colonial sólida. Desta forma, passaram a reclamar uma força de coerção moral, fazendo com que a religião cristã, fosse o fundamento ético da conduta humana. Caracterizando assim, uma ferramenta como forma capaz de prolongar interesses e resolver possíveis atritos entre colonos encomendeiros, bandeirantes e nativos.

No caso das doações de índios, os beneficiados eram moradores de Villa Rica, as cartas expedidas diretamente de Assunção, e os índios que eram doados nem sempre se encontravam nas imediações, muitos deles viviam em locais afastados, mas o intuito era justamente incentivar o *encomendero* a fixar-se em terras villariquenhas, ocasionando o fortalecimento enquanto defesa de território.

Para Cardozo (1970) os encomendeiros espanhóis possuíam em suas repartições núcleos de nativos (*pueblos*) ou reduções naturais, dirigidas por clérigos. Nas imediações de Villa Rica havia Itacuru, Santa Ana, Itupá, Tambo e Cunhanguirá. Estes *pueblos*, nos quais eram reunidos os índios, distribuíam-se por todo o Guairá, localizando-se às margens dos rios Ivaí, Corumbataí, Piquiri e Tibagi (CARDOZO, 1970, p. 97).

É notável a relevância que Villa Rica desempenhou neste momento. O fato dessa cidade ter sido a que maior tempo sobreviveu as intempéries da época (1589-1632), nos leva a considerá-la peça fundamental para o estabelecimento do domínio espanhol na região da Província do Guairá. O grande número de doações realizadas em favor da Companhia de Jesus e dos moradores de Villa Rica demonstra o interesse da Coroa Espanhola em mantê-los satisfeitos, colaborando e fortalecendo cada vez mais as fronteiras de seus territórios.

A questão da fronteira nesse período tornou-se muito delicada, isso porque o cenário que se travaram os embates entre jesuítas e bandeirantes, localizavam-se em um território pertencentes às Coroas Ibéricas unificadas de Felipe IV, tornando as missões jesuíticas no Guairá ante mural da fronteira imperial frente aos interesses coloniais. O fato das incursões paulistas no território do Guairá demonstra que os esforços em manter o território espanhol a

salvo não foi bem sucedido. Consequentemente, as invasões não foram apenas uma caçada humana para os engenhos de cana-de-açúcar, mas, um avanço fronteiriço para o domínio espanhol pelo Tratado de Tordesilhas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Sobre a Colônia do Sacramento**. Lyeu Literário Portuguez. Rio de Janeiro: Typographia, 1900.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf acessado em 30/05/2014.

AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista Espiritual, a história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz Montoya**. Roma, E. P. U. G, 2002.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. vol.4 n.1 São Paulo, 1992.

ARAÚJO, Rubens Vidal. **Os jesuítas dos sete povos**. Canoas: La Salle, 1982.

AZEREDO, Daiane Estevam. **Colônia do Sacramento: o embate entre as coroas castelhana e lusitana**. Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)**. São Paulo, 1979.

BENÉVOLO, L.. **Diseño de La ciudad- 4/ El arte y La ciudad Del siglo XV a XVIII**. México: Ediciones G. Gilli S.A. 1978.

BLASI, Oldemar. Aplicação ao método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Villa Rica do Espírito Santo – Fênix - Pr. **Bol UFPR/dep. História**, Curitiba, n.4 p. 1-13,1966.

BOGONI, Saul. **O Discurso de Resistência e Revide em Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya: Ação e Reação Jesuítica e Indígena na Colonização Ibérica da Região do Guairá**. UEM. MARINGÁ, 2008.

BOGONI, Saul; BONNICI, Thomas. As reduções jesuíticas na conquista espiritual (1639) de Antonio Ruiz de Montoya, sob a crítica pós-colonial. **CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS**. 3, 2007, Maringá, 2009, p. 923-930.

BRUXEL, Arnaldo, S.J. O gado na antiga banda oriental do Uruguai. **Pesquisas: Histórias**, São Leopoldo, n. 13, p.1-110, 1960.

CAPSDEQUI, J. M. O. **El estado espanol em las Índias**. 3ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

CARDOZO, R. I. **El Guairá, historia de la antigua provincia (1554-1676)**. Assunción: El arte. S. A, 1970, p. 80-81.

CHAGAS, Nadia Moreira; MOTA, Lucio Tadeu. O Guairá nos Séculos XVI e XVII – As Relações Interculturais. O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense. Vol. 1. Cadernos PDE. Maringá. **EDUEM**. 2007. CHAGAS, Nadia Moreira; MOTA, Lucio Tadeu. O Guairá: a conquista e as relações interculturais nos territórios indígenas no Paraná, de 1500 a 1630. In: **História do Paraná: Pré-História, Colônia e Império**. Vol. 21. Maringá. **EDUEM**. 2011.

CHAVES, Julio Cesar. **Descubrimiento y conquista dei rio de la Plata y e Paraguay**, Asunción, Nizza, 1968.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá. **Cadernos de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá**, n1, p.7-103,1983.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real del Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, n.1, p.7-103, 1976.

CHMYZ, Igor. **Sétimo relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981-1983)**. Curitiba convênio, IPHAN/ITAIPU, 1983.

CHMYZ, Igor. Pesquisas de arqueologia histórica no Paraná. **Dédalo**, São Paulo, n.24, p.171-197, 1985.

CHMYZ, Igor. **Cadernos de Arqueologia**– Museu de Arqueologia e Artes Populares – Universidade Federal do Paraná – Paranaguá – Brasil, Ano I, N.1, 1976, p. 70.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Nacional, Div. De Obras Raras e Publicações. (Manuscritos da Coleção de Angelis, vol.1) 1951.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e cultura / Serviço de documentação, 1950.

COSTA, Flavio Leite; MENEZES Sezinando Luiz. Algumas considerações sobre a ocupação europeia da região do Guairá nos séculos XVI e XVII. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 223-232, 2002.

ELLIOT. John. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In. BETHELL (Org). **História da América Latina**: América Colonial I. São Paulo: EDUSP, 1997.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2003. **Reduções jesuíticas dos guaranis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

FRANZEN, Beatriz. Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionaria no sul do Brasil e Paraguai (1580-1540). **Um estudo comparativo**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

GADELHA, Regina Maria A.F. **As Missões Jesuíticas do Itatim**: um estudo das estruturas socioeconômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GANDIA, Henrique de. **História de La Conquista Del Rio de La Plata y Del Paraguay (1535 – 1556)**. Buenos Aires: 1ª. Edição, 1932.

GANDIA, Henrique de. **Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas**. Buenos Aires: Editorial La Facultad, 1936.

GARUTTI, Selson. As reduções jesuíticas dos guaranis: uma utopia evangelizadora nos séculos XVI e XVII, 2006. Disponível em: <http://www.triplov.com/jardins/reducoes/historia.htm> Acesso em: 24/09/2010.

GUTIERREZ, Ramon. **As missões jesuíticas dos guaranis**. Fundação pró-memória, UNESCO. Rio de Janeiro, 1987.

GUZMAN, R. D. **Anais do descobrimento, povoação e conquista do Rio de La Plata**. Doc. Oficiais, Governo de Mato Grosso do Sul. 1612 (2009).

GUZMÁN, Ruy Díaz de. **La Argentina**. Buenos Aires, 1943, p. 184

HAUBERT, Maxime. **Índios e Jesuítas no Tempo das Missões**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

HEMMING, Jonh. **Ouro Vermelho: a conquista dos Índios Brasileiros**. Tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo. Ed. USP, 2007.,

HOLANDA, Sergio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 129

JAEGER, Luís Gonzaga, S.J. La Compañía de Jesús em El Antiguo Guairá (1585-1631) - Localización de sus trece reducciones. IN: **Pesquisas: Anuário do Instituto Anchietao de Pesquisa**. Vol.1. Porto Alegre: Intituto Anchietao de Pesquisas, 1957. p. 93-121.

KELLER, Joseph & KELLER, Franz. **Exploração da região noroeste do estado do Paraná entre os rios Ivaí e Paraná**. Curitiba: Dep. de Terras do Estado do Paraná, 1933.

LOCKHART, J. ; SCHWARTZ, S. B. Los Margens. In: **América Latina em la Edad Moderna: una história de la América Espanhola y el Brasil coloniales**. Madrid: Ediciones Akal, S.A. ,1992.

LUGON, Clóvis. **A República 'Comunista' Cristã dos Guaranis: 1610-1768** - 3ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

MELIÁ, B.; SAUL, M. V. A; MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Angelo: FUNDAMES, 1987.

MELIÀ, B. **El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistória**. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos Universidad Catolica, 1988. p. 70.

MONTOYA, P. A. R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

MONTOYA, P. A. R. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de La Compañía de Jesus em las províncias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape**. Estudio preliminar y notas de Ernesto J. A.. Maeder. Rosario: Equipo Difusor de Historia Ibero americana, 1989.

- MONTOYA, P. A. R. **Apologíen defensa de La doctrina cristiana escrita em lengua guaraní**. Introd. E notas de Bartolomeu Melià S.J. Lima: CAAAP/CEPAG/ ESPFL “Antonio Ruiz de Montoya”, 1996.
- MONTOYA, P. A. R. **Arte de La lengua guarani**. Stuttgart: Guilielmi Kohlhammer, 1892.
- MONTOYA, P. A. R. **Catecismo de La lengva guarani**. Leipzig: W. Drugulin, 1640.
- MURICY, J. C. **Viagem ao país dos Jesuítas**. Curitiba: Imprensa oficial do Estado do PARANÁ. 1975.
- NOVAIS, Sandra Nara da Silva, **Ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593 – 1632)**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, DOURADOS, 2004.
- OLIVEIRA, M.O de. **Identidade e Interculturalidade – História e Arte Guarani**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.
- PARELLADA, Claudia Inês. Villa Rica Del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense – Nova Série, Arqueologia – 8**. 1993.
- PARELLADA, Claudia Inês. **Um Tesouro Herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica Del Espiritu Santo/ Fênix-PR**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba, 1997.
- PARELLADA, Claudia Inês. **Resistênciae Mudança Guarani: A Linguagem Visual Nas Missões Jesuíticas Do Guairá (1610-1631)**. X RAM–Reunião de Antropologia do Mercosul: “Culturas, encontros e desigualdades” GT48 - *Pensando el cambio entre los Guaraníes: situaciones, ontextos y escalas de análisis*- Curitiba –Paraná (Brasil), 10 a 13 de julho de 2011
- PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 2a.ed., São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. Conflitos coloniais e as missões: uma avaliação das estruturas socioeconômicas do Paraguai (séculos XVI e XVII). **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUC/RS, Vol. X, Nº 02, 1984. p. 69-91.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões jesuíticas e escravidão indígena. **Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários: As missões Jesuítico-Guaranis: cultura e sociedade**. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1988. p. 142-162.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões no Guairá. **Nicolau**. Curitiba, PR: Secretaria do Estado da Cultura, Ano XI; Nº 60; 1997. p. 08-11.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. Missões no Guairá: Espaço e Territorialidade nas Missões Jesuíticas do Guairá. In: **Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas: as Missões Jesuíticas Del Guairá**. EDUNIOESTE, Cascavel, 1998.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses.** Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Estudos Missioneiros: Temas e Abordagens. 2007.** Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4318.pdf>. Acessado em: 10/02/2015

SCHIMITZ, Pedro Ignácio. A Arqueologia e as Primeiras Reduções Jesuíticas. In: **Seminário Internacional, Missioneiros e Espanhóis: o Paraná no Contexto da Bacia do Prata Séculos XVI e XVII**, 1, 2010, Curitiba. Anais, Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura. 2010, p. 117-137.

SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. O que comia o guarani pré-colonial. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA.** Revista de Arqueologia. v. 6, p.90-107. 1991.

SILVA, F.A. Considerações sobre alguns sítios Tupi-Guarani no sul do Brasil. **Revista do Museu Paulista, nova série**, São Paulo, v. 13, p. 377-397.1961/62

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Demônio na esquadra.** Rio Arte- Museu da República, Rio de Janeiro, v. 27, 2000.

VASCONSELLOS, Victor Natalicio “**Lecciones de Historia Paraguaya**”- 6a ed.- Asunción: Ed. do Autor, 1970.

VIANNA, Gilberto de Souza. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1660-1648).** 2005

TAUNAY, A. E. Documentação hespanhola. In: **Annaes do Museu Paulista**, tomo 1, 2 parte, São Pulo, Officinas do Diário Oficial, 1922, p.137-442.

TAUNAY, A. E. . **História das Bandeiras Paulistas**, Tomo I. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná.** 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

WATSON, V.D. Ciudad Real: A Guarani-Spanish site on the alto Paraná river. **American Antiquity**, v.13(2), p.163-176, 1947.

ANEXOS

I — DOAÇÃO DE TERRAS EM VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO PÓR RUY DIAZ DE GUZMAN À COMPANHIA DE JESUS PARA SUSTENTO DA SUA CASA E CULTIVO DE HORTAS E VINHAS NECESSÁRIAS. — 16-11-1 594.

1-29-1-1

Merced de tierras hechas al Colegio de la Compañia de Jesus para la fundacion de un colegio por d.^o Luis (sic) Diaz de Gusman Teniente de Governador de las Provincias del Paraná y sus jurisdicciones (1).

El Capitan Ruy diaz de guzmán theni.^o de gover.^{or} Justicia mayor en las Provincias del parana pueblos y jur.^o en nombre de su mag.^o por el señor governador don her.^o de çarate cavallero del abito de santiago, lugar teniente de Viso Rey Cap.^o general justicia mayor, governador y juez de residencia en las dos governaciones del Rio de la Plata y Tucuman por el Rey Nuestro Señor, etc. digo que atento aquella compañia de Jesus que con el favor divino se edifica casa della e nesta villa de que se sigue gran servicio de dios y a su mag.^o y mucha utilidad en estas Prov.^o y tiene nesecidad de que se le señale una suerte de tierra para sustento de la dicha compañia e casa en donde tenga huertas y viñas e otras legumbres nesecarias. Portanto yo en nombre de su mag.^o y del dicho Sr. Gover.^o doy e hago merced a la dicha compañia de una suerte de tierra rrio abajo desta dicha villa desta banda, en el tabyuate, linderos de la p.^o de abajo con alonso sanchez cano y de la parte de arriba con Juan maçias de quinyentos Pasos de frente y cinco mill de largo, y la dicha suerte tenia antes quatrocientos Pasos de frente y agora con los cien Pasos que yo le añado, hazia la p.^o del dicho juan maçias se cumplen los dichos quinyentos pasos por lo qual se le da al dicho juan maçias otros cien pesos (sic) en hazia el exido del pueblo, la qual dicha suerte doy e hago merced a la dicha compañia perpetuam.^o por propiedad y posesión con sus entradas y salidas usos

(1) Esta carta de doação não menciona o lugar a que se referem as terras doadas.

Conclue-se que seja a Vila Rica no Ivaí, (atual estado do Paraná) pela comparação com o documento II.

— 118 —

costumbres de derechos y servidumbres quantas ay e deve aver. En fee de lo qual y para en guarda y posesión di la presente cedula de merçed firmada de mi nombre y rrefrendada del presente escrivano de gov.^{on} que es fecho oy miercoles que se contaron diez y seis del mes de hebrero ano de mill e quynientos e noventa y quatro.

Ruy diaz de gusman.

Por m.^{do} de su m.^d del dicho teniente de gov.^{or} Just.^a mayor.

Juan Moymo
escrivano de G.^{on}

II — DECLARAÇÃO DE POSSE DE TERRAS EM VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO A FAVOR DA COMPANHIA DE JESUS, FEITA POR RUY DIAS DE GUZMAN. SANTIAGO DE XEREZ, 22-VII-1595.

I-29-1-2

Poseccion de tierras dadas al colegio de la Comp.^{na} de Jesus de la Villa Rica de el Espiritu Santo por el Capitan Luis (*sic*) Dias de Gusman Teniente de Governador fecha en 22 de Julio de 1595.

El cap.^{no} Ruy diaz de gusman theni.^o de Go.^{do} Justicia mayor en esta ciudad de Santiago de Xerez y de las provinçias del parana y sus jur.^{tas} en nombre de su mag.^o por el señor don fer.^{do} de çarate cavallero del abito de Santiago lugar then.^o de gov.^{do} viso Rey gov.^{do} cap.^{no} general Justicia mayor y juez de rresidencia en todas las provinçias y governaçion del Rio de la plata por horden del Rey nuestro señor etc. digo que por quanto en la trasladacion de la Villa Rica del Spiritu Sancto q̄ hize en nombre de su mag.^o en el rrio del Ubay donde al presente esta fundada, hize a los vezinos y moradores della rrepartimiento de tierras asi de solares como de chacaras donde aviendo hallado en el dicho rrio asentado a melchior caçique del rrio colman casado con maria hija de boy-pitan yndio prinçipal y natural del dicho rrio al qual dicho melchior abiendo rrespecto a que siempre avia sido leal amigo y benemerito y propietario asi de su p.^{to} como de su muger del dicho asiento e tierras donde le halle poblado con casas y rroçerias media legua poco mas o menos del rrio de sanct P.^o (*sic*) abaxo en cuyo lugar

situado la dicha Villa atento a lo qual y por virtud del tenor de una ynstrucion de su mag.^a dada al adelantado juan ortiz de çarate Gov.^{dor} destas Provincias no permiti que al dicho melchior le fuese quitada las dichas tierras de su asiento y labranças ni otro agravio alguno antes para mas confirmacion de su propiedad y posecion le señale una suerte de tierra en el rrepartimyento que hize a los dichos pobladores en donde el dicho melchior tenia su casa y sementerá como paresçera en la rreparticion del memorial que entonces por mi fue fecho e abiendo falleçido el dicho melchior le competia la dicha suerte y posecion a maria boypitan su muger la qual en su fin y muerte, por una clausula de su testamento dexo por manda y limosna, todos sus bienes y poseçiones a la compañia de jesus cuya sancta y utilisima rreligion y compañia tiene fundado en la dicha villa una casa y sumptuoso templo de la adbocacion del glorioso Sanct Juan baptista e porque el cap.ⁿ juan merino que asistia em mi lugar ã la dicha villa sin ningun rrespecto de la ynstrucion q̄ su mag.^a concede en favor de los naturales, por fin y muerte del dicho melchior con agravio de la dicha maria su muger se entro y aposeciono de la dicha suerte asiento y posecion q̄ como dicho es ellos poseyan y por mi les fue señalado y hecha rreparticion cuyo agravio por no aver abido quien me diese rrelacion no fue por mi la dicha maria rrestituida y enterada en la dicha tierra que de derecho y por justicia le pertenecia, y abiendo al presente sabido la verdad y el tenor de la clausula de su testamento de la manda y limosna de la dicha maria que en su ultima voluntad hizo a la sancta compañia de jesus de la dicha tierra y poseçiones y bienes q̄ le pertenecian. Por lo presente yo en nombre de su mag.^a, por virtud del poder que de su señoria tengo adjudico y pongo la dicha tierra suerte y posecion con los demas bienes a la dicha compañia de jesus como cosa que de derecho le es devido como dicho es y quando por fin del dicho melchior y maria quedare vaca la dicha suerte y tierra por la misma rrazon en el Real nombre doy y rreparto, por suerte y posecion derecho y propiedad, a la dicha compañia la dicha suerte de tierra con todo que a ella ymcumbe y pertenesce por . . . tion y derecho con sus entradas y salidas usos costumbres derechos y servidumbres que Ay antes de agora tenia con quinyentos pasos de frente y cinco mill de largo. e asi mismo otra suerte de tierra por el mesmo rrio abaxo a la parte del pueblo donde Juanillo el alguazil avia començado a rroçar con otros quinyentos pasos de frente y cinco mill de largo segun y de la manera que mas puedo y de derecho devo en nombre del Rey Nuestro Señor Asi la una como la otra que por esta mi cedula doy y rreparto adjudico y señalo por propiedad y posecion a la dicha compañia de jesus las dichas dos suertes de tierra contenydas para que desde luego en adelante las

tengan por tales poseçiones y poseçiones, dadas por mi en nombre de su mag.^o con todo lo que a las dichas suertes pertenesce. Para lo qual mando a mi lugar then.^o y a todos los demas juezes hordinarios de la dicha villa asi lo hagan cumplir y guardar y contra el tenor desta no consienta hir ni pasar so pena de cada quinyentos pesos en la moneda corriente para el fisco de su mag.^o lo contrario haciendo y luego q̄ por esta mi cedula fueren rrequeridos por qualquier persona que en nombre de la dicha compañia lo pidiere seã amparados y puestos en la poseçion de las dichas tierras cada uno en lo que le incumbe so la dicha pena. En firmeça de lo qual e para guarda y conservaçion del derecho y poseçion de la dicha compañia di la presente çedula firmada de mi nombre y rrefrendada del presente escrivano de gov.^o que es fecha en esta çiudad de Santiago de Xerez año del señor de mill quinyentos y noventa y çinco años.

Ruy diaz de guzman

Por m.^o del señor then.^o de gov.^o
Bartolome Garcia escrivano publico de
gov.^o y del cabildo.

III — DECLARAÇÃO DE POSSE DAS TERRAS DE VILA RICA DOADAS PELA VIÚVA DO CACIQUE MELCHIOR À COMPANHIA DE JESUS. FEITA PELO ALCAIDE JERONIMO DE GARCETE NA PESSOA DO PADRE MANUEL ORTEGA. VILA RICA DO ESPIRITO SANTO.
20-VII-1 595.

En esta villa rrica del spiritu santo en miercoles q̄ se contaron veynte dias del mes de Julio año del señor de mil y quinientos e noventa y sinco años por ante Jeronimo Garcete alcalde hordinario e de la hermandad e por ante mi el presente scrivano y testigos yuso escritos el padre manuel de hortega de la compañia de jesus hiso presentacion desta cedula. E pid.^o a su m.^o le meta y anpare en las suertes en ella contenidas e vista por el dicho alcalde y rreconoscida la data y merced y firma del dicho capitán Ruy diaz de guzman teniente de go.^o fecha en nombre de su mag.^o dixo q̄ la avia e dio por presentada y p.^o en cumplimiento de lo que el dicho padre pedido le anparava y anparo e metia en la dicha posecion de las dichas suertes de tandeyti con quinientos pasos de frente y sinco mil de largo y ansi mesmo en la suerte de tabibate con quinientos pasos

de frente y sinco mil mil (*sic*) de largo y por consiguiente por el mesmo tenor la del aciento de juanillo con quinientos de frente y sinco mil de largo linderos con la de tandeyti con Bartolome garcia de la p.^{ta} de arriba y con Pedro ortiz de la p.^{ta} de abaxo y la de tabibate lindero de la parte de arriba con juan macias y de la p.^{ta} de baxo con juan dominguez de las quales dichas suertes el dicho padre manuel de ortega tomo posesion arrancando unas yervas en señal de la dicha posesion de las dichas suertes e me pidio se lo de por fe y testimonio siendo testigos a todo lo suso dicho fran.^{co} gonzales rregidor y juan diaz adorno y josepe de cayas bezinos de esta dicha villa y su m.^o del dicho alcalde lo firmo de su nombre de lo qual doy fe segun q̄ ante mi paso

jeronimo gaçete
Paso ante mi

juan batista tavejo
escrivano publico

Ibidem

IV — RATIFICAÇÃO DA CARTA DE MERCÊ DO CAPITÃO RUY DIAZ DE GUZMAN PELO TENENTE GENERAL DE GOVERNAÇÃO DO RIO DA PRATA, BARTOLOMEU DE SANDOVAL. VILA RICA, 10-IX-1595.

El cap.^o Bartolome de sandoval ocampo teniente general de governador y just.^o mayor ē toda esta governacion del rrio de la plata por su mag.^o etc. acatando el mucho fruto y hedificacion q̄ los padres de la compaña de jesus an hecho y hazen en esta villa con su sancta dotrina y buen exemplo y el mucho trabaxo que padeceu en la convercion de los naturales y ser muy convinyente y necesario se perpetuen ē sus provincias y ē nombre de su mag.^o y de su S.^o del S.^o Governador don fernando de çarate e por virtud de los poderes que de su S.^o tengo que por su notoriedad no ban aqui yncertos, apruevo y rretifico a la dicha comp.^o de jesus y siendo neçesario le hago merçed en nombre de su mag.^o de todas las tierras y posesiones que el cap.^o rruy diaz de guzman le dio segun y de la manera que se contiene y declara ē la çedula de suso escrita y le amparo en la posesion que dellas tienen tomada los padres de la dicha comp.^o segun de suso se contiene y m.^o q̄ ninguna persona se la perturbe so pena de dozientos pesos para la camara de su Mag.^o en fee de

lo qual di la presente firmada de my nombre y rrefrendada del presente scrivano fecha en esta villa rrica diez de otubre de mill y quinientos nobenta y cinco años.

Bartolome de Sandoval

Por m.^{do} de su M.rd

Diego Gonçalves, scrivano publico de numero

Ibidem

V — DOAÇÃO DE 18 YANACONAS A CASA E IGREJA
DA COMPANHIA DE JESUS DE VILA RICA DO
ESPIRITO SANTO. ASSUNÇÃO, 9-X-1 596.

II-36-28-4

Lista de las encomendas de yndios practidado por el Gral. D. Juan Ramirez de Velasco, gov.^{or} y cap.ⁿ gñal de esta prov.ⁿ.

DOC. N.º 59

En la cyudad de la Asuncion a nueve dias del mes de Ot.^o de myll y quyn.^o y noventa y seys a.^o el dho S.^r Gover.^o Ju.^o rramyres de velasco dio y depossito a la cassa e ig.^a de la compaña del nom.^o de Jessus de la villa de Villa del spiritu santo los yanaconas sg.^{os} fr.^{os}, marina. Juana. Luzia. maria, anton. Juan. bartholome. elena. otra marina. Juan. ambrosio Rodrigo, anton de nacion guarany y her.^o y margarida su muger y fr.^o y anton y con cargo de buen tratam.^o y doctrina y encargo de conciencia y descargando la de su mag.^d y suya en su rr.^o n.^o y con lo demas neces.^o a la justs.^a

Sevastian de cordova

scriv.^o de su mag.^s

VI — ENCOMENDA DE VARIOS CACIQUES E INDIOS
NOS RIOS UBAÍ, CORUMBATAÍ, TIBAJIBA, INIAÍ E EM
VARIAS COMARCAS DO GUAIRÁ, ASSUNÇÃO.

DOC. N.º 84

1597

En la assunçion a ocho dias del mes de hen.º de mill y quyn.º y noventa y siete años el dho s.º gov.º Ju.º rramyres de velasco encomiendo a p.º myño vz.º de la villa rrica del spiritu santo los caciques e yndios sig.º: anton yraray, abayabi, en el rrio del ubay y otro cacique en el quayracay que se llama tapayu con sus anexo por estos nombres y por otros que les ayan subçedido los qles quedaron vaguos por muerte de her.º diaz y de su her.º y asi mysmo de todos los demais caciques e yndios que fueron del dho her.º dias enpadronados y por enpadronar escepto el cacique br.º potig que esta en corumbatay con su jente porque se dio a de morinigo y asy mysmo le encomiendo dos caciques ybirayaral de la nacion del tumbi que llaman alonso, caratos, con los yndios a ellos sujetos questan por enpadronar, y assi mysmo tres principales aguarayiba en la comarca de yyoybi otro llamado cherapeco en la comarca de coqueriapu otro llamado guiraneen en el iniayguaçu y mas otros quatro principales entre curiytiu y serucuati que se llaman guiracaru, yyribeyu, maracayu, tabetiriguari y en la comarca del ypitan otro princip.º dho torpuran y en la comarca de aruaçe yndio princip.º de al.º delcano que ven del atibaxiba arriba otro princip.º llamado guirapipuy por otro nombre sapipe y en la comarca de coqueriapu otro princip.º llamado aguaramymba y en el yniay en la comarca de guabayru yndio princip.º de la encomienda de p.º rrodriguez otro princip.º llamado abaygue por otro nombre bopirapuan por todos los dhos n.º y por otros que ayan tenydo y tuvieren por subcession en qualquier man.º y con todos los caciques e yndios a ellos y a cada uno de ellos sujetos y pertenecientes y se le dio çedula de encomienda en forma sin perjuzio de tr.º y con que de un yndio cassado para el servy.º del convento o obra pia que su s.º senalare y le hizo çedula de encomy.º en forma.

Ibidem

VII — ENCOMENDA A GARCIA LOPES, DE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO, DE VARIOS CACIQUES E INDIOS QUE FORAM ENCOMENDADOS AO FALECIDO ALONSO DE ONTIVEROS, E QUE ESTÃO NOS RIOS RIOS CORUMBATAÍ, TIBAJIBA E EM OUTRAS COMARCAS. ASSUNÇÃO, 8-I-1 597.

DOC. N.º 85

En la assumçion a ocho dias del mes de henero de myll y quyn.^{ta} y noventa y siete a.º el dho señor govern.^{or} Ju.^º rramyres de velasco hizo m.^º y encomyenda a garcia Lopez vz.^º de la billa rrica del espiritu santo de los caçiques sig.^{os} de todos los caçiques e yndios que fueron encomiendados a al.^º de Hontiveros difunto p.^º cuya muerte quedaron vaquos que son los sig.^{os} en el rrio del corinbatay dos princip.^{es} llamados myguel pindo bitin con ocho fuegos fran.^{os} taracua, con seys fuegos, y por el guayracay, la tierra adentro, tres princip.^{es} llamados tocayusu, piragui, pindovessa, en la comarca del iniaymiri, en el campo de yaguaquiri otros tres principales llamados: quariguaçu, guatiarucu, pirauin, y, en el dho yniay, un caçique llamado tangaraobi, y en el Rio de la tibaxiba, y tepotiatan cinco principales llamados cuñapapa, quandu, abaygue, yenboasi, carao, que p.^º otro nombre se dize Uruguagua, todos catorze Principales con cyento y quarenta fuegos por los dhos nombres o p.^º otros que ayan tenydo y tuvieren por subcession y en otra q.^{ta} quyer manera con todos los caciques e yndios a ellos sujetos y pertenecientes y se le dio çedula de m.^º en forma sin perjuyzio de tr.^º y con que de un yndio con su muger para el serv.^{icio} del convento e obra Pia que su s.^º senalare.

Ante my

Sevastian de cordova

scriv.^o de su mag.^o

Ibidem

VIII — ENCOMENDA A JERONIMO MERINO. DE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO, DE VARIOS INDIOS GUARANIS NOS RIOS DE ICATU, UBAÍ, TIBAJIBA E NO INIAÍ. ASSUNÇÃO, 8-I-1 597.

DOC. N.º 86

En la assuncion a ocho dias del mes de hen.º de myll y quy.º y noventa y siete anos el dho s.º gover.º Ju.º rramyres de velasco hizo m.º y encomyenda a geronymo merino vz.º de v. rrica del Spiritu santo de los yndios de nacion guaranys que su padre tuvo en su vida que son los syg.º b.º en el rrio del ycatu, con dos cassas y myguel en el Rio del Ubay, con una cassa, y bartholome en el mysmo rrio con dos cassas, y en el rrio de la tibaxyba un cacique que se llama cuyta, con su jente y otro cacique que se llama diego pitán y otro que se llama yanday y otro que se llama yaroytan, y otro que se llama derebim en el ynyay, y otro que se llama çape, y otro que se llama . . . aroy y otro que se llama tapacora y otro que se llama matheo, y otro que se llama guayra, y otro que se llama maguar (?) uaguaçu enpria cabis y otro que se llama bacayyndayay en el yniay yeti y en el ynyay tambien y oviedo en el rriachuelo de guayracay, con todos los caçiques e yndios y todo lo demas a ellos sujetos anexos y pertenecientes y se le hizo cedula de encomyenda en forma sin perjuizio de tr.º y con que a de dar un yndio casado para el servy.º del convento o obra pia que su s.º nombrare.

Ante my

Sevastian de cordova

scriv.º de su mag.º

Ibidem

IX — MERCÊ DE ALGUNS IANACONAS A D.^a JUANA
DE MENDONÇA. DE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO.
ASSUNÇÃO, 8-I-1 597.

DOC. N.º 90

En la assuncion a ocho dias del mes de henero de mil y quy.^{ta}
y noventa y siete anos el dho s.^r governador hizo m.^a a dona Ju.^a

— 126 —

de mendoça vz.^a de la v.^a rrica del spiritu santo de los yanaconas
syg.^a, domingo, anton, ju.^o, francisco, Julliana con su hija maria,
para que le sirvan como tales yanaconas y sin perjuizio de tr.^o y
con los encargos acostumbrados y se le hizo çedula en forma.

Ante my

Sebastian de cordova

scriv.^o de su mag.^a

Ibidem

X — MERCÉ E ENCOMENDA AO CAPITÃO DIEGO DE
 ÇUNICA DE VÁRIOS CACIQUES E ÍNDIOS NOS RIOS
 DE ICATU, AFLUENTE DO PIQUIRI, PARANÁ, TIBA-
 JIBA E EM OUTRAS PROVÍNCIAS. ASSUNÇÃO.

8-I-1 597

DOC. N.º 91

En la çiudad de la ssuncion a ocho dias del mes de henero de myll y quy.^º y noventa y siete años el dho s.^r Gover.^{or} Ju.^º rramyres de velasco hizo m.^º y encomienda en el capp.^º di.^º de çuniga los cacique e yndios sig.^º: en el rrio del ycatu siete jornadas de ciudad rr.^º arriba del piquiry dos caçiques que se llaman el uno garcia ybivo y bivoyñ y el otro se llama cayayu, cada uno dellos con diez y siete fuegos y en el rrio del parana rrio arriba doze jornadas del parana otro Principal llamado guararony con siete fuegos, y otro cacique llamado pindoçea con diez y ocho fuegos en la provincia del tucuti veynte y cynco o mas jornadas de la dha ciudad rr.^º, y en el rrio de la tivagiba, en el salto de rojtapa tres caciques con dos hijos llamado el padre tarapimondi y el hijo mayor tambien tarapimondi y el otro hijo nenen guenda, y en el mysmo rrio de la tibagiba paraje de J.^º quariaçu otro principal llamado tacayruy q por su muerte mandam agora su jente dos parientes suyos quel uno se llama tupeay y el otro taraguayrugui con treynta fuegos que son por todos ochenta y nueve fuegos y mas otro cacique en la provy.^º de la tivajiba que se llama bacapiyu y otro en las provy.^º de los myguaras que se llama en xpitiano diego y en su lengua ambosym, todos los quales dhos caciques le encomendo

— 127 —

por los dhos nombres e por otros que ayan tenydo y tuvieren por subcession, o en otra manera con todos los caciques e yndios a ellos y a cada uno de todos ellos sujetos anexos y pertenecientes y le hizo de encomienda en forma y syn perjuizio de tr.^º y que mejor dr.^º tenga y que de un yndio cassado y su muger para el servy.^º del monastr.^º y convento o otra obra pia que su s.^º nombrare.

Ante my

Sebastian de coidova

scriv.^º de su mag.^d

Ibidem

XI — MERCÊ E ENCOMENDA A JOÃO REYS, "EL CHICO", DE VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO, DE VARIOS CACIQUES E ÍNDIOS NO ALTO E NO BAIXO TIBAJIBA E NO "CAMPO". ASSUNÇÃO, 9-I-1597.

DOC. N.º 92

En la assuncion a nueve dias del mes de henero de myl y quy.^{os} y noventa y siete años el dho s.^r govern.^{or} Ju.^o rramyres de velasco hizo m.^d y encomyenda a Ju.^o rreyes el chico vz.^o de la villa rrica del espiritu santo de los yndios syg.^{os}: en el guayracay dos principales llamados guaybiiti, ererahe y en la comarca del thepotiatan un principal nõbrado yayacata y en la tibaxiba, otro llamado aracatu y otro yayguçu, y en el campo otro caçique llamado abapari todos ellos con sesenta fuegos y mas un caçique llamado mituguay con veynte fuegos q̄ dizem estar en la comarca de la tibaxiba arriba y mas otros cinco prinçipales en el rrio de la tibaxiba, nombrados aycara, yacar.?, y andipabi, y por otro nombre se llama cayarare, y otro acaayuguirá mymba q̄ estan junto con la encomyenda de Ju.^o rreyez el largo todos los quales con sesenta fuegos son los arriba nombrados que son cada cacique a diez fuegos y mas dos principales llamados açua pet. . . . y por otro nombre abipiatin y el otro marandar. . . q̄ estan en el tepotiatan y con

— 128 —

ambos veynte fuegos y mas dos caçiques en la tibaxiba, abatiy, y en cristiano anton y el otro candari ambos con veynte fuegos, los q̄les todos lo emcomendo por los dias de su vida y de un her.^o conforme a la ley de sucesion y con los cargos acostumbrados y sin perjuizio de tr.^o y con que de un yndio cassado con su mug. . . p.^a el servy.^o del convento o obra pia que su s.^a senalare y mandare y se le dio c.^a en forma.

Ante my

Sebastian de cordova
scriv.^o de su mag.^a

Ibidem

XII — MERCÊ E ENCOMENDA A DIEGO XARÁ, DE VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO, DE VÁRIOS CACIQUES E ÍNDIOS NOS RIOS UBAÍ E TIBAJIBA. ASSUNÇÃO, 9-I-I 597.

DOC. N.º 93

En la assumçion a nueve dias del mes de hen.º de myll y quy.ºª y noventa e siete y siete (*sic*) años el dho sr.º gov.ºª Ju.º rramyres de velasco hizo m.º y encomyenda a diego Xara vz.º de la villa rrica del spiritu santo de todos los yndios que fueron de Ju.º del valle su suegro difunto y que en su vida tuvo y posseyo cuyos caçiques son: arayni, pedro, y melchior que estan en el rrio del ubay y otros dos caçiques en la tibaxiba que se dizen apicababe, y acarcotin, con todos los caciques e yndios a ellos sujetos y pertenecientes y sin perjuizio de tr.º y con los encargos acostumbrados y con que de un yndio cassado con su muger para el servy.º de un convento o obra pia que su s.º nombrare y se le dio cecula de encomyenda en forma.

Ante my

Sevastian de cordova

Scriv.º de su mag.º¹

Ibidem

XIII — MERCÊ A D. MENCIA DE MENDONÇA, DE VILA
RICA DO ESPÍRITO SANTO, DE VÁRIOS YANACONAS.
ASSUNÇÃO, 10-I-1 597.

DOC. N.º 89

En la assumcyon a diez dias del mes de hen.º de myll y quin.º^{oa} y noventa y siete a.º el dho señor gov.ºr Ju.º rramyres de velasco hizo çedula de merçed a dona mencia de mendoça vz.ª de la v. rrica del spiritu santo de los yanacomas syg.ºs: br.ºme y su muger maria, Pedro y su muger, her.ºdo con su muger fran.ºca, Ju.º y su muger catalina, otro her.ºdo y su muger malgarida, Roque y su muger aldonça, domyngo y su muger, fr.ºco con su muger paula, br.ºme con su muger, diego y su muger, sevastian y su muger Juana, Pablo y su madre, yaguarupa y por xpianos anton y luys, los qles por ser rremanayentes de la encomyenda de rrodrigo colman su marido difunto, le sirvan como tales yanacomas todos los dias de su vida de la suso dha y que despues buelvan a sus caciques y sin perjuizio de tr.º de la dha encomyenda y caciques y con los encargos acostumbrados. a diez fh.

Ante my

Sevastian de cordova

Scriv.º de su mag.º

Ibidem

XIV — MERCÊ A CATALINA BRIT. DE VILA RICA DO
 ESPÍRITO SANTO, DE VÁRIOS YANAÇONAS.
 ASSUNÇÃO, 10-I-1 597.

DOC. N.º 94

En la assumçion a diez dias del mes de henero de myl y quy.ºº
 y noventa y siete an.º el dho s.º gover.ºº Ju.º rramyres de velasco
 hizo m.º a catalina brit biuda vz.º de la v.º rrica del spiritu santo de

— 130 —

las pieças yanaconas sig.ºº: melchior y su muger, matheo y su mu-
 ger, br.ºº y su muger, domyngo y su muger, Rodrigo y su muger y
 hijos de los suso dhos y martim y otro domingo, pedro y otro
 pedro, y Ju.º, y catalina, y yssabel, para que le sirvan y se sirva
 de ellos como de tales yanaconas y con los encargos acostumbra-
 dos y sin perjuyzio de tr.º y se le dio çedula de m.º en forma.

Ante my

Sevastian de cordova

Scriv.º de su mag.º

Ibidem

XVIII — MERCÊ E ENCOMENDA A AMADOR MENDES, DE VILA RICA DO ESPÍRITO SANTO, DE VÁRIOS CACIQUES E ÍNDIOS DA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ, ANTERIORMENTE ENCOMENDADOS AO CAPITÃO RUI DIAZ DE GUZMAN, NOS RIOS IAGUAIPUI, NO ALTO E BAIXO UBAÍ, PIQUIRI, PITANGOÁ, TIBAJIBA, BIGOAIGUARAMIMBA, E A SEU PAI ALONSO RIQUELME DE GUZMAN POR MERCÊ DO ADELANTADO JUAN ORTIZ DE ÇARATE. ASSUNÇÃO, 20-III-1 597.

DOC. N.º 289

En la assumçion en este dho dia v.^{to} de m.^{co}. deste dho ano (1 597) el dho s.^r govr.^{or} è el dho rr.^l n.^{no} hizo m.^d y encomyenda

— 133 —

a amador mendez vz.^o de la v. rrica del spiritu santo de los caciques e yndios sig^{na} è la dha v. rrica de la provy.^a de guayra los pueblos cuyos caciques principales parecieran que fueron depositados en el capitan Ruy diaz de guzman que son Lorenço cayça y yaguaypui en el rrio del prinbatahy y her.^{do} baepuepue en el rrio del Uбай arriba y en el dho rrio Uбай abaxo a Ju.^o guarayru y a alonso boreroa y en el rrio del piquyri a br.^{na} y assi mysmo en el rrio del pitangoa Los principales sapo quycucu y tacuru agua sapi, aruay y los demas caciques que estan en este pueblo y en el rrio de la tibaxiba arriba de moyren un cacique llamado yandeguaycan y en el mysmo rrio abaxo de moyren los caciques principales tarayran y en el Rio del bigoay çuaramymba que esta en el yutiti con los que estan en el tucuti y assi mysmo la encomyenda en que subçedio el dho capp.^{no} Ruy diaz de guzman a sua padre al.^o rriquelme de guzman por m.^d del adelantado Juan Ortiz de carate los quales dhos caciques y pueblos con sus principales y que les ayan subçedido y subçedieren como quiera que se llamen por n.^{os} de xpianos o de yndios y los demas que parecieren en los dhos depossitos y m.^{as} hechos por el dho rruy diaz o p.^r otras personas con todos los a ellos sujetos anexos y pertenecientes y se le dio çedula de m.^d y encomy.^{da} en forma sin perjuyzio de tr.^o y a pedim.^{to} y consentim.^{to} de dho capp.^{no} Ruy Diaz de guzman de que doy fee.

Ante my

Sebastian de cordova

Scriv.^o de su mag.^d

Ibidem

XX — MERCÉ E ENCOMENDA A ALONSO DE BENIALVO, DE VILA RICA DO ESPIRITO SANTO, DE VARIOS CACIQUES E INDIOS SITUADOS EM VARIAS COMARCAS E RIOS E ALGUNS DÊLES NAS CABECEIRAS DO INIAGUAÇU. ASSUNÇÃO, abril de 1 597.

DOC. N.º 310

En la assumçion en este dho dia, mes y año dhos el dho s.^r gover.^{or} Ju.^o rramyres de velasco en el dho rr.^o n.^{or} hizo m.^d encomyenda a al.^o de benyalvo vz.^o de v.^o rrica del spiritu santo de los caçiques syg.^{or} seys caçiques llamados el uno casuguerabe y por otro nombre ocorrigua y p.^o otro n.^o yaybete y otro cuydaraçu, cuyndaruçu y por otro n.^o guaybiti y por otro capoqui y otro llamado heropiriri y por otro n.^{or} amendamyri y por otro n.^o anapiru los quales Estan en la comarca del ytaucay en un campo beven de un rriacho llamado yun y assi mysmo otro cacique llamado guyrapiguçu en el bosque del Ubay y otro en el yniay que se llama guaysepera y en Xpiano Xpoval los quales le fueron depossitados por el capital don ant.^o de ariasco y assi mysmo otros dos principales en las cabeçadas del ynyayguaçu nombrados yaguaron y el otro yaguarape que agora estan en la comarca del potiatan y otros dos caciques en el dho potiatan llamados el uno abacaru y el otro caruaybi los quales dhos quatro caciques an estado depossitados en Gomes de boveda su suegro todos los quales dhos caciques ã Jus.^o de suso declarados le encomiendo con todos los demais caçiques ã Jus.^o a ellos y a cada uno dellos subjectos anexos y pertenecientes p.^r lo dhos n.^{or} o por o por (*sic*) otros y se le dio çedula de encomy.^{ta} en forma sin perjuyzio de tr.^o.

Ante my

Sebastian de cordova
Scriv.^o de su mag.^d

Ibidem